

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

VIEIRA, Carlos Cesar Meirelles. Carlos Cesar Meirelles Vieira (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 5min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS - ANP e AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS - ANP. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Carlos Cesar Meirelles Vieira
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Regina da Luz Moreira; Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão;

Levantamento de dados: Regina da Luz Moreira; Sérgio Lamarão;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Regina da Luz Moreira; Sérgio Lamarão;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes;

Local: Salvador - BA - Brasil;

Data: 11/11/2005

Duração: 3h 5min

Fita cassete: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto "O petróleo na sociedade brasileira", na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), entre setembro de 2004 e dezembro de 2006. O projeto visa à elaboração de um livro sobre a história do petróleo na sociedade brasileira, desde seus primórdios até a criação da ANP, no final da década de 1990, com ênfase na legislação elaborada ao longo do período. Esta entrevista subsidiou a elaboração do livro: "História social do petróleo no Brasil". / Regina da Luz Moreira e Sergio Tadeu Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: s. e., 2005. Inédito. A escolha do entrevistado se justificou por sua atuação como Presidente do Conselho Nacional do Petróleo (1961 a 1964).

Temas: Alcool; Anos 1960; Campanha do petróleo (1948-1953); Combustíveis; Comício da Central (1964); Comissão parlamentar de inquérito; Conselho Nacional do Petróleo; Exploração de petróleo; Governo Jânio Quadros (1961); Governo João Goulart (1961-1964); Indústria petroquímica; Inflação; Legislação; Monopólio; Petrobras; Petróleo; Presidencialismo; Recursos naturais; Regime militar; Relações econômicas internacionais; Walter Link;

Sumário

Entrevista: 11.11.2005

Fita 1-A: Considerações sobre o percurso histórico da legislação do petróleo; as tensões entre o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e a Petrobras na década de 1960; a assunção da presidência do CNP por Josaphat Marinho; as dificuldades financeiras da Petrobras; a questão do Relatório Link na Petrobras; os efeitos da regulamentação da exploração petroquímica na década de 1950; a contabilidade do Banco do Brasil na questão das verbas; a gestão de Josaphat durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart.

Fita 1-B: O comprometimento do CNP com o crescimento da Petrobras durante a gestão de Josaphat Marinho; a questão da importação do GLP e a relação com as empresas multinacionais; a assunção da presidência do CNP pelo entrevistado; as relações conflituosas do CNP no governo Jango; o episódio da demissão de Genísio Barroso da Petrobras por Gabriel Passos; a posição nacionalista da gestão da Petrobras.

Fita 2-A: O mercado distribuidor do setor petrolífero; a atuação da Petrobras como distribuidora nacional de produtos; a recepção de sua presidência; a integração entre os diferentes setores do CNP; a regulamentação do transporte de derivados do petróleo pelo CNP; a compra dos derivados da Petrobras pelas distribuidoras; a revisão do Imposto Único; a questão do óleo soviético e do óleo baiano nas refinarias.

Fita 2-B: A importação do óleo soviético pelas refinarias privadas; a campanha presidencialista de 1963 e os debates sobre o setor petrolífero; a atuação de Eliezer Batista como ministro das Minas e Energia; a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito envolvendo Albino Silva, presidente da Petrobras; o episódio de suspensão no Brasil da entrega de gás; as divergências internas quanto às políticas nacionalistas; as forças sindicais em contato com o CNP; considerações sobre a política de João Goulart; a questão inflacionária no setor petrolífero.

Fita 3-A: A equalização de preços dos combustíveis; a primeira auditoria sobre o Fundo de Frete; a revisão da estrutura de preços de cada derivado; a relação do CNP com as unidades petroquímicas implantadas junto ao parque da Petrobras; a criação do Plano Nacional de Abastecimento e o Fórum Nacional de Debate de Política de Petróleo; a importação brasileira de óleo; a participação do CNP nas relações econômicas internacionais do setor petrolífero.

Fita 3-B: A Comissão Parlamentar de Inquérito do petróleo; a questão do monopólio de importação do petróleo; a encampação das refinarias; lembranças sobre o Comício da Central; a trajetória durante a ditadura militar; o processo de justa remuneração para o refino de Capuava.

Fita 4-A: Agradecimentos e considerações finais.

Entrevista: 11.11.2005

Sérgio Lamarão – Bom-dia, dr. Carlos. Vamos começar agora a entrevista, nós já conversamos antes, o foco vai ser a sua gestão à frente do CNP, e começando pelo começo. Quer dizer, na verdade, começando na gestão Josaphat, não é isso? Então, a palavra está com o senhor.

Carlos Meirelles – Bem, eu agradeço a oportunidade e à Agência Nacional do Petróleo, hoje presidida pelo meu amigo Haroldo Lima, e pela Fundação Getúlio Vargas, através de seus ilustres interlocutores. O meu depoimento não poderia começar sem uma menção muito particular ao marechal Horta Barbosa. Acho que ele desempenhou nesse país uma função precípua, não só na defesa do solo brasileiro, o subsolo e os processos energéticos como, sobretudo, foi a segurança que o país teve para que a política do petróleo e o processo de execução dessa política se fizessem de forma patriótica e salvaguardadora dos interesses nacionais. O marechal Horta Barbosa, ainda general do Exército, assumiu a presidência do CNP, criado em 1938, e aí se foram fazendo uma série de medidas protetoras do contexto nacional de solo, subsolo, reservas de toda a natureza, particularmente as reservas referentes ao processo do petróleo. Em 1943, dado ao seu acendrado patriotismo e estando o Brasil em guerra, ele pediu ao presidente Vargas para retornar ao Exército e foi designado para uma função da maior importância, no sentido de subsidiar e dar socorro à Força Expedicionária que estava na Itália. Não foi à Itália. Ficou aqui, na retaguarda, como o velho guardião da causa nacional. Terminada a guerra, em 1947, quando já se discutia a coisa do petróleo, a questão do petróleo, começavam os primeiros envoltimentos maiores, as maiores reivindicações – isto está, aliás, amplamente analisado em estudo feito pela Fundação – o marechal resolveu tomar uma atitude enérgica realmente e proferiu duas grandes palestras no Clube Militar, em 1947, ambas defendendo intransigentemente a implantação do monopólio estatal do petróleo. Quer dizer, sem esse preâmbulo, me parece que nós não poderíamos chegar a compreender o processo que se desenvolveu a partir daí, até chegar aos anos de 61, quando realmente se pôde começar a desenvolver uma política nacionalista, que hoje se vê consagrada na ação da Petrobras, embora descaracterizada em alguns pontos do que foi previsto na Lei 2.004. Mas, não fora realmente o período de 61 a 64, e provavelmente a Petrobras poderia, neste meio tempo, ser dominada ou violentada pelos interesses

internacionais.

S.L. – Quer dizer, então – só para dar uma fechadinha –, o senhor acha que esses três anos foram fundamentais para fortalecer o monopólio. Quer dizer, a Lei 2.004 só foi ser cumprida, de uma forma mais efetiva...

C.M. – A partir de 61.

S.L. – A partir de 61.

C.M. – Realmente, de 61 a 64, ou seja, o governo João Goulart... O governo João Goulart é o grande acionador do processo monopolístico do petróleo e, conseqüentemente, do fortalecimento da Petrobras. Falar-se na Petrobras, hoje, é com a graça: a Petrobras é a maior empresa da América Latina, a Petrobras hoje é uma das maiores empresas do mundo. No entanto, não fossem as atitudes que foram tomadas, as medidas que foram tomadas nesse período, e provavelmente outro seria o destino. Veja-se que no fim do governo Juscelino Kubitschek estava estabelecido um conflito de interesses muito grande. O Juscelino houvera permitido a ampliação do refino para o parque de Capuava. Capuava obtivera o seu título de concessão de refino ainda no governo Vargas, antes da Lei 2.004. Mas, no curso do governo Juscelino, se fizeram diversas ponderações, exames técnicos etc. e a Capuava passara a ter direito de refinar mais 11 mil barris, além dos 20 que eram originários de sua permissão.

S.L. – E a justa remuneração?

C.M. – Vamos chegar lá a tempo, não é? E aí começa o conflito para saber como é que se faz a remuneração desse excedente. Mas não foi somente isso, veio o problema do acordo do Roboré. Esse acordo significava, e muito, a possibilidade de se fazer a produção através de campos bolivianos, e a Petrobras seria obrigada a receber 100 mil barris/dia de produção da Bolívia. Um acordo absolutamente *sui generis*. Felizmente, esse acordo acabou por não ser concretizado. Mas isso tudo demandou uma crise permanente entre o Conselho do Petróleo e...

S.L. – A própria Petrobras.

C.M. – É, e a Petrobras. A coisa foi se agravando, o Sardenberg assumiu a Petrobras, dentro desse quadro, o Juscelino nomeia o brigadeiro Henrique Fleuiss para ver se contornam a coisa da melhor maneira possível. Mas o conflito estava estabelecido. As partes não se entendiam. A Petrobras de um lado, reivindicando coisas, e o Conselho Nacional do Petróleo seguindo um outro tipo de orientação, já que vinculado à Presidência da República, prendendo determinadas decisões. Isso favorecia uma política de preços absolutamente inadequada. A Petrobras ia se esvaindo em recursos. Os seus produtos não tinham... Vamos dizer, a sua produção refinatória não tinha a remuneração adequada. E aí vem o estresse de caixa. Esse era o quadro, em 1961: a Petrobras de um lado, o Conselho Nacional do Petróleo de outro, a Petrobras desejando ampliar as suas atividades, não encontrando abrigo no governo, não tendo o respaldo do CNP. Briga entre Sardenberg e o Conselho. Nisto, assume Jânio Quadros. O Jânio Quadros, numa das primeiras declarações sobre a Petrobras, disse que a Petrobras estava falida. O Sardenberg estrebunhou-se e contraditou inteiramente a informação, para dizer que apenas a Petrobras estaria com um estresse de caixa. As coisas se complicaram muito nesse setor, o Brasil estava em um problema de defasagem cambial muito sério, e o Jânio, com o Clemente, acaba por fazer as Instruções 204...

S.L. – Sumoc, não é?

C.M. – É, a 204 e 208. Isso dava um alento à Petrobras. A Petrobras, também, conseguira obter a possibilidade de tomar um financiamento de 1,5 bilhão de dólares – eu não me lembro bem se foi dólares ou cruzeiro – junto ao Banco do Brasil. A coisa se acomodava. Com a Instrução 204, havia uma defasagem, ou havia um superávit de preço entre o valor que se via, real, e o valor que passava a ser permitido, diante da diferença cambial. E aí começa a... você sente a grande presença do general Geisel, que conseguiu, através de ponderações e argumentações, fazer com que o governo baixasse normas relativas à recaptura da diferença de preço entre o valor de refino, o valor que saía da refinaria, e o valor que era cobrado ao consumidor através das distribuidoras. Fez-se então essa recaptura. Foi quando, exatamente, o professor Josaphat assume a presidência do Conselho, em 1961. Quer dizer, dentro de um quadro de disputa entre a Petrobras e o Conselho, e o governo, as medidas que se iniciavam,

quanto a fortalecimento de caixa da Petrobras, e a disposição do governo Jânio de levar a coisa num termo que você não se sabe se bem nacionalista, se bem entreguista, já que foi curto o período e não deu realmente para você ter uma ideia que política efetiva seria implantada, não é? A coisa, num parêntese, vem desde a indicação do professor Josaphat para a presidência do CNP e a efetiva nomeação de Geonísio Barroso para presidente da Petrobras. O presidente Jânio tinha prometido aqui, em comício, que daria a presidência da Petrobras a um baiano. Naquela época, além disso, ainda havia um certo clamor para que a Petrobras fosse baiana, a sede da Petrobras viesse para a Bahia...

S.L. – Viesse para Salvador.

C.M. – ...para que o presidente da Petrobras fosse baiano nato, não é? E convidou, depois de eleito, o Josaphat para presidente da Petrobras. Convidou.

S.L. – Do CNP.

C.M. – Petrobras.

S.L. – Ah! Ele foi convidado primeiro para a Petrobras!?

C.M. – Petrobras. O Josaphat se preparava para assumir a presidência da Petrobras quando vieram as informações de que nomeado seria, para a Petrobras, o engenheiro Geonísio Barroso que, não sendo baiano mas sergipano, tinha, todavia, atuado na Bahia. Ele era, vamos dizer, petroliferamente baiano. Mas o Geonísio fora uma imposição dos industriais paulistas, tendo o contexto realmente ligado a um esquema que fomentou todo esse processo de disputa entre a Petrobras, entre o monopólio etc.

S.L. – Quer dizer, então, o Geonísio, de alguma maneira, não era identificado com o esquema nacionalista.

C.M. – Não, não era, absolutamente.

S.L. – Não era, de maneira alguma.

C.M. – Não era. Não era. E aí o Jânio, diante dessa situação, manda chamar o Josaphat a Brasília. Aliás, eu até o acompanhei. Nós fomos juntos a Brasília. Eu não assisti as conversas dele com o Jânio, elas foram reservadas, E o Jânio o convidou e fez com que ele aceitasse a presidência do Conselho, exatamente porque queria desenvolver uma política em favor do monopólio, em favor dos interesses petrolíferos. O Josaphat não queria muito aceitar, não. Acabou convencido. O Jânio, me parece que era um sedutor. E ele saiu do gabinete do Jânio presidente do CNP.

S.L. – O que era quase um prêmio de consolação, não é?

C.M. – Poderia...

S.L. – De alguma maneira.

C.M. – Era exatamente o que nós não queríamos, que assim fosse interpretado. Ele receberia o prêmio de consolação se ele fora convidado para ser presidente da Petrobras. Ele fora convidado.

S.L. – Esse convite foi público?

C.M. – Foi praticamente público.

S.L. – A imprensa baiana noticiou..?

C.M. – Ah! A Bahia toda sabia. Do governador Juracy Magalhães a quem mais fosse, toda a Bahia sabia que o Josaphat ia para a presidência da Petrobras. Seria como dizer a presença baiana eminente, embora já a Bahia tivesse encontrado presença com o Clemente Mariani, na Fazenda. Mas seria, sim, uma gratificação. O Jânio fora para uma reunião com os estudantes, na Faculdade de Direito, e a coisa não saiu complicada porque Josaphat, presente, professor da faculdade que era, deu um sentido diferente à presença do Jânio, e o Jânio lhe ficou muito

grato. Era para ser uma reunião tumultuada e quase que se tornou uma reunião consagrada. Quase que se tornou pela presença de Josaphat. Como havia a reivindicação para que a Petrobras viesse para a Bahia, como a pressão do governador Juracy Magalhães era muito grande, o Jânio ofereceu a presidência da Petrobras à Bahia, na pessoa de Josaphat. Esse é um parêntese interessante. Mas Josaphat assume a presidência do Conselho com esse clima, um clima que vinha do problema da ampliação do processo de Capuava, que vinha das dificuldades financeiras da Petrobras...

S.L. – Essas dificuldades financeiras, qual era o principal fator, além da questão da remuneração...?

C.M. – Da remuneração dos preços. Se você não tinha preço justo, capaz de dar à Petrobras não só o ressarcimento dos seus custos mas uma capacidade investidora, claro que era um colapso... É aquela morte anunciada, não é?

S.L. – Um colapso anunciado.

C.M. – É, um colapso anunciado. Quer dizer, se você prende aqui, se você abre a permissão para Capuava produzir mais 11 mil barris, se você cria...

S.L. – As outras refinarias privadas também não foram na esteira da Capuava?

C.M. – Não, só Capuava. Só a Capuava.

S.L. – Porque era a única que tinha condições.

C.M. – Também.

S.L. – Também, não é?

C.M. – Manguinhos era muito pequena, a Ipiranga estava lá embaixo...

S.L. – Aquela de Manaus era muito...

C.M. – Ah, Manaus é incipiente. É uma refinaria de 5 mil barris. De menos de 5 mil barris, não é? Era incipiente. Mas havia também um outro ponto de grande conflito, que era a presença do Relatório Link na vida da Petrobras. Quem era Link? Link fora um engenheiro técnico da Esso...

S.L. – É da Standard Oil.

C.M. – Eu acho que era da Esso. Da Standard Oil naquela época. [Link era um engenheiro técnico] que se aposentara e que Juracy Magalhães, como presidente da Petrobras, trouxera para trabalhar em Brasília. E ele iria exatamente direcionar o processo de exploração de petróleo, da produção petrolífera, da formação de técnicos – os técnicos que havia vinham lá do tempo de Horta Barbosa no CNP – e mandar engenheiros para a América. Inclusive, Geonísio, Irnack e toda esta gente foi se preparar na América para vir... para continuar a trabalhar na Petrobras. O Link, que estava desempenhando essas funções, viu, ou sentiu, ou a Petrobras assim quis, que já estava no fim de seu trabalho. Que trabalho seria esse? De sabotagem? De ampliação do sistema de produção e de exploração? Não sei, é uma coisa a ser analisada devidamente por técnicos, não é? E aí, o Link elabora, ao fim do seu tempo, o Relatório Link, que, entre outras coisas, dá a nítida ideia de que produzir petróleo no Brasil só em águas profundas, só além-mar. O que, naquela época, seria um negócio inconcebível tecnicamente, até mesmo para as grandes empresas de capacitação técnica. E imagine uma empresa incipiente como a Petrobras ir buscar petróleo no mar! Deu-se a grande confusão, a grande briga, e a Petrobras teve em Pedro Moura, particularmente em Pedro Moura, a forma de contraditar este relatório. Esta contradição era exatamente o cerne de uma situação que foi jogada no colo do professor Josaphat.

S.L. – O Relatório Link foi publicado antes do Josaphat assumir o Conselho.

C.M. – Antes de Josaphat assumir.

S.L. – E o Geonísio já era presidente da Petrobras?

C.M. – Não, não era.

S.L. – Ainda era o Sardenberg?

C.M. – Era o Sardenberg, que também reagiu. O Sardenberg reagiu ao relatório e encomendou ao Pedro Moura...

S.L. – Pedro Moura! Nosso conhecido Pedro Moura!

C.M. – O grande Pedro Moura!

S.L. – O grande Pedro Moura!

C.M. – Foi um prazer que eu tive na minha vida, foi conviver com o Pedro Moura. Ele era um sujeito extraordinário. E aí, inicia-se a gestão de Josaphat com esses problemas todos: Capuava, Roboré, Relatório Link, estresse de caixa da Petrobras, divergências entre a ação da Petrobras e a presença do Conselho, a falta de linhas mestras, de regras puras para a caracterização efetiva da ação do Conselho. Estava lá na Lei 2.004, "cabe à Petrobras, cabe ao Conselho", mas sem a regulamentação...

S.L. – Mas não teve um decreto, no final dos anos 50, que botava os pingos nos is em relação a essas atribuições?

C.M. – Nos anos 50?

S.L. – No final dos anos 50. Um decreto... Eu até teria aqui o número.

C.M. – Não me acode. Mesmo porque o processo da Petrobras e do Conselho é desde 54.

S.L. – Não, no final dos anos 50, um decreto-lei foi baixado, exatamente para esclarecer alguns pontos, eu diria obscuros, ambíguos da Lei 2.004.

C.M. – Mas não havia ambiguidade, porque, em 50, quem exercitava todo o processo petrolífero era o Conselho.

S.L. – E, em 54, passa a ser...

C.M. – Em 54, com a Lei 2.004 é que você define: isso aqui é Petrobras, isso aqui é Conselho. Mas não foi regulamentada. A matéria não foi nunca regulamentada, ficou ao sabor dos acontecimentos, não é verdade?

S.L. – É verdade.

C.M. – Você não tem nenhum documento. Eu, pelo menos, não conheço nenhum documento, ou não me lembro de nenhum documento...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

S.L. – Quer dizer, essa regulamentação de 57...

C.M. – Não, ela produziu efeitos e consequências, naturalmente.

S.L. – Mas não totalmente.

C.M. – Mas não chegou a ter, vamos dizer, aquela coisa de aceitação absoluta por parte da empresa e por parte do Conselho. Havia sempre a ideia de superposição de...

S.L. – De atribuições, não é?

C.M. – ...de atribuições, de poderes e, conseqüentemente, de conflitos. Essa regulamentação produziu efeitos, sim, práticos, ou efetivos, jurídicos. Delimitou posições, mas essas posições realmente continuavam conflituosas. A Petrobras, querendo dar a arrancada efetiva; o Conselho, vivendo uma política que era ditada pela Presidência da República. As duas

entidades realmente pouco se entendiam. Eram noivas, com o casamento definido, com o casamento até feito, mas as relações pós-conjugais não se concretizavam efetivamente. Mas, dando prosseguimento ao processo Josaphat, baixadas as instruções a que já nos referimos, a 204 e 208, havia essa diferença de preço. É aí que aparece a figura do general Geisel, que é nomeado pelo governo, pelo Jânio, para ser o gestor dessa captura de preços, dessa captura de diferença de preço. Os valores arrecadados serviram não só para fortalecer a Petrobras... inicialmente, fortalecer a Petrobras e, conseqüentemente, possibilitar que o seu caixa crescesse, como também dava recursos à...

S.L. – Ao CNP.

C.M. – Não, dava recursos à parte rodoviária e ferroviária. Havia recursos para as rodovias e para as ferrovias. E aí veio o problema: como é que se vai contabilizar essa captura? O Banco do Brasil seria o único banco que receberia tais depósitos. As vias eram emitidas, se sabia os valores que seriam consignados, isto era levado ao Banco do Brasil, mas como movimentar? Como disciplinar? Foi aí que a contadoria do Banco do Brasil teve um grande papel, na pessoa do Osvaldo Colin, que, afinal, foi presidente do Banco do Brasil, anos e anos mais tarde.

S.L. – É, exato.

C.M. – E [Osvaldo Colin] assumiu comigo, que era funcionário do *pool*, o papel de nós fazermos um plano de contas, o plano de contas dessas verbas. E através desse plano de contas você podia fazer a movimentação: transferir os recursos para a Petrobras [inaudível]. Depois, até os decretos sucessivos da Presidência da República ampliaram a distribuição desses valores, principalmente quando se implantou o regime parlamentarista. A Eletrobrás estava precisando de recursos, não os tinha. Não tinha dinheiro sequer para estabelecer-se, ter sede etc. Da diferença de preço vieram os recursos indispensáveis à Eletrobrás para montar a sede, organizar pessoal. E outras entidades científicas foram...

S.L. – Foram beneficiadas.

C.M. – ...foram beneficiadas. Então, foi com esse clima e nesse instante que se deu a presidência do professor Josaphat. Eu tenho aí o relatório dele, de 1961, de setembro de 61, quando ele o apresentou ao ministro Gabriel Passos, já implantado o parlamentarismo, mostrando as medidas que estavam sendo tomadas, no sentido da regulamentação de diversas áreas, a recomendação à Petrobras para a ampliação de produção e de refino etc. Eu não sei, lê-lo seria talvez interessante. Mandar uma cópia? Provavelmente sim.

Regina Luz – Eu acho que seria interessante.

C.M. – Eu pediria até que anotassem os documentos que vocês gostariam de ter. E Josaphat faz então um enunciado de providências que estavam sendo adotadas, medidas que já haviam sido adotadas etc., dando corpo à sua ação.

S.L. – Nesse momento, era quase como um relatório final de gestão. Porque...

C.M. – Quase.

S.L. – Não é? O Jânio já tinha...

C.M. – Ele não queria ficar. Quando se deu a saída do Jânio e a implantação do governo Goulart em regime parlamentarista, o Josaphat conversou com o Gabriel para não ficar, que ele não queria ficar. Mas Gabriel disse: "O senhor não pode fugir ao seu dever com o país. O senhor é um homem sério, é um homem digno. Sei que o senhor tem um pensamento nacionalista, um pensamento em favor do monopólio. O senhor não pode sair do governo em nenhuma hipótese. O senhor vai ficar." Foi quando então ele elaborou esse relatório, para levar ao Gabriel. Na gestão dele há um fato muito curioso, que é o problema da elevação dos *royalties* que a Bahia recebia, e ele conseguiu que o Jânio determinasse a elevação desses *royalties* de três para 5%, beneficiando a Bahia, que reclamava...

S.L. – Que era, na época, o único estado produtor.

C.M. – É, na época era o único estado produtor. Praticamente, o grande refinador.

S.L. – Mataripe tinha sido ampliada...

C.M. – Mataripe é ampliada. Era o grande refinador. Ele conseguiu, o Jânio deferiu essa elevação do *royalty*. Isto na Bahia teve uma repercussão gigantesca e tal. Mas o Juracy, no seu governo, entrava... Entraram na necessidade de voltar a ter um secretário da Fazenda mais eficiente, mais pronto. Quando Josaphat saía da Secretaria da Fazenda para ir para o Conselho, deixara o deputado João Borges como secretário. Mas João Borges era um homem muito responsável, é dessas pessoas extremamente preocupadas, e, no curso do seu exercício na Secretaria, ficara profundamente preocupado e queria sair. Foi quando Juracy faz um apelo para que Josaphat volte à Secretaria da Fazenda, não só porque precisava ter a segurança de ter um bom secretário da Fazenda como lhe acenava a possibilidade de ele ser o candidato das forças governamentais...

[FINAL DA FITA 1-A]

C.M. – De setembro a dezembro, continuou a desenvolver a mesma atividade efetiva, de grande ação, no sentido de combinar com a Petrobras – aí, já sem nenhum termo de conflito, ele se dava bem com o Geonísio – a ampliação de produção, ampliação de refino, ampliação de frota de petroleiros. Enfim, um trabalho conjunto, de que o Conselho pudesse dar as recomendações instrumentais para que a Petrobras executasse as suas tarefas.

S.L. – Se eu estou entendendo bem, a partir do Josaphat, o CNP se compromete com o crescimento da Petrobras.

C.M. – Com o crescimento da Petrobras.

S.L. – Coisa que, de alguma maneira, resistira até então.

C.M. – Ah, sim, é um compromisso efetivo de larga cooperação, já que quaisquer medidas que eram solicitadas pela Petrobras, ou mesmo elaboradas em razão de estudos técnicos no Conselho e que favorecessem o fortalecimento da Petrobras, tinham curso. Tinham curso,

eram feitas, tomavam-se providências. Perfeito? Em dezembro, no entanto, a pressão do governador foi muito forte e Josaphat, finalmente, acudiu em voltar à Bahia para ser secretário da Fazenda. Quando estava finalizando o seu período presidencial, surgia uma situação, que já vinha de algum tempo, relativamente aos custos da importação do GLP. O Brasil não tinha suficiência, a sua produção era muito mesquinha, muito pequena, e aí havia a necessidade de se fazer uma política referente ao GLP.

S.L. – Específica.

C.M. – Específica para o GLP. Diga-se de passagem que quando o brigadeiro Fleiuss saiu do Conselho, para que... naquela época e Josaphat assumiu, à chocapa... Não me vem... a expressão é um pouco...

S.L. – Pesada?

C.M. – Pesada. Vamos dizer, no apagar das luzes, ele fez publicar uma resolução, que tomou o número 161, em que disciplina o mercado, daquela época de importação, do GLP. Dizem, e isso se pôde comprovar depois, que essa instrução, essa portaria do gás fora feita sem que estudos... sem que os estudos que se faziam em torno do assunto se tivessem terminado nas áreas técnicas e até que o plenário tivesse aprovado a resolução. Vinham dessa situação as dificuldades. A importação de gás praticamente era um monopólio que a Petrobras transferira para a MundoGás, que era uma empresa criada...

S.L. – Qual empresa? Eu não entendi.

C.M. – MundoGás.

S.L. – MundoGás.

C.M. – É, que era uma empresa que tinha como acionistas as empresas do cartel, principalmente a Gasocéan, compreendeu? E ela manipulava todo o processo de importação, para a Petrobras, do GLP. Isso demandou uma série de dificuldades, de entrechoques, na

própria Petrobras, com as empresas de gás etc. E o custo do gás de petróleo é muito alto, porque, além do custo do gás propriamente dito, havia aquela coisa que sempre houve: frete seguro, onde as parcelas de frete seguro eram muito altas. De forma que o preço final do gás, ao chegar no Brasil, era extremamente oneroso.

S.L. – Se eu entendi bem, a Petrobras tinha o monopólio dessa importação...

C.M. – É, ela tinha, o monopólio era dela.

S.L. – Mas quem fazia isso... É como se ela tivesse terciarizado...

C.M. – Ah, ela terceirizava! Exatamente.

S.L. – Para essa MundoGás.

C.M.- A essa empresa.

S.L. – Que era uma empresa controlada por multinacional.

C.M. – Multinacional, controlada pela Gazocéan, que naquela época era a grande monopolista.

S.L. – Dá para soletrar esse...

C.M. – Gazocéan, oceano. Gazocéan, que era quem manipulava a MundoGás. A MundoGás, então, era quem fazia a transferência do gás para importação da Petrobras. E aí, discussões técnicas dentro da empresa, o custo é tanto, não é tanto, está caro, não está caro. Essa coisa natural dos estudos técnicos para a fixação de um justo valor. A coisa estava assim quando houve uma proposta da Argentina, que estava ali no sul, para fornecimento desse gás ao Brasil, através de uma empresa, a Faros S.A. Não seria uma venda direta da Yacimientos Petrolíferos...

S.L. – Yacimentos Petrolíferos Fiscais.

C.M. – ...para a Petrobras, de empresa para empresa, havia um intermediário. Esse intermediário era a Faros S.A.

R.L. – Faros?

C.M. – A Faros S.A. Esta gente prometia redução de preço, redução de frete, abria a perspectiva de também patrocinar a exportação de gás liquefeito do Uruguai. Enfim, tumultuava, jogava água no brinquedo, vamos chamar assim. Tumultuava o processo. E a coisa foi andando. A Confederação das Indústrias entrou na história, para possibilitar a venda de chassis da Mercedes Benz, que estava sobrecarregada, estava com os seus pátios cheios, e propunha que houvesse um esquema de trocas: vinha gás e a Mercedes exportava chassis. Essa coisa andou, a Confederação das Indústrias começou a pressionar. Aconteceu que assumiu a presidência da Confederação o Fernando Gasparian...

S.L. – Que eu conheço.

C.M. – Que nós conhecemos. É meu querido amigo. E Fernando passou a pugnar por isso como coisa assim, da maior importância: "Quebra-se o monopólio da Gasocéan, ou da MundoGás, faz-se a importação da Argentina, a menor preço, e mais do que tudo, favorece-se a indústria nacional, com a troca do gás por chassis." Estava a coisa nesse pé, exatamente nesse pé, e já a matéria no Conselho para o Conselho tomar uma decisão, quando o professor Josaphat vem para a Bahia.

S.L. – Foi no finalzinho de 61 essa história.

C.M. – Não, isso foi no dia 10 de dezembro de 61. Em 10 de dezembro de 61. Bem, Josaphat viaja para a Bahia, o Conselho não fica acéfalo porque era eu o substituto legal dele e tinha que assumir...

S.L. – O regimento interno previa que...

C.M. – É, o regimento interno declinava que o substituto legal do presidente era o...

S.L. – Era o seu chefe de gabinete.

C.M. – Era o chefe de gabinete. Assumo eu, meu amigo, nesta situação.

S.L. – A batata quente.

C.M. – Nesta situação, com esta batata quente na mão. A imprensa dividida: uns jornais dizendo que era um caso de favorecimento, outros jornais defendendo. Mas a maioria maciça, o *Correio da Manhã*, *O Globo* etc., todos contra a operação.

S.L. – Contra. Era contra o governo, não é?

C.M. – Todos contra a operação. O Josaphat sai, me passa o Conselho, eu procuro o ministro Gabriel Passos, então ministro das Minas, para dizer-lhe que estava assumindo, regimentalmente, a presidência do Conselho, e que estava diante de mim com esse processo, que teria que ser decidido, com data marcada já para o dia 12 de dezembro... para o dia 13 ou 14 de dezembro. Qual era a orientação do governo, pergunto eu a ele. Diz-me ele: "Faça-se o negócio. Interessa ao governo quebrar o monopólio de um lado, reduzir substancialmente o preço do gás e permitir a exportação dos chassis de ônibus que estavam no parque da Mercedes Benz." E, diante dessa situação, fui eu, que não podia presidir o plenário – não podia porque era substituto –, não tinha como presidir o plenário...

S.L. – Isso explica... Porque nós estamos tendo acesso às atas do Conselho...

C.M. – E eu não estou presente.

S.L. – Aí, a cada reunião era um conselheiro.

C.M. – [A cada reunião] era um, não é?

S.L. – Eu falei: "Será que eram esses os presidentes interinos?" Agora, eu estou entendendo.

C.M. – Eu não podia presidir o plenário.

S.L. – Por um impedimento regimental.

C.M. – Eu preparava o processo, ordenava o processo, coordenava a decisão, mas não podia presidir. A presidência era feita pelo conselheiro... geralmente o mais velho era Ildefonso Mascarenhas, salvo seja você...

S.L. – O pai do Eduardo Mascarenhas? Geraldo Ildefonso...

C.M. – Não, não.

S.L. – Não?

C.M. – Não, o Ildefonso é de Minas, de São João Del Rei. É professor, em São João Del Rei

S.L. – É, mas eu acho... Geraldo Ildefonso Mascarenhas.

C.M. – É, exatamente. E o professor Mascarenhas era praticamente quem presidia as sessões. Foi um trabalho muito grande para se fazer essa decisão na forma recomendada pelo governo, atendendo assim à forte pressão da Confederação da Indústria. Ainda naquele tempo, mesmo naquele tempo, a Petrobras não tinha maior interesse nisso. Havia, em razão do abastecimento, era a arguição, um sentimento, um sentido que se mantivesse a situação...

S.L. – A situação anterior.

C.M. – [A situação] anterior, para impedir qualquer estresse do abastecimento e não se entrar numa aventura de fornecimento de gás de outra origem. Diga-se que os navios que vinham da

Mundogás eram todos eles refrigerados – o gás vinha refrigerado nos próprios navios –, e o gás que viria da Argentina não seria transportado em navios assim, refrigerados, era preciso que eles fossem deslocados dos navios para um terminal no porto onde se pudesse fazer a refrigeração, onde ele saísse do navio para o porto, para esse terminal no porto. Esta foi uma questão... A questão estava sendo conduzida.

S.L. – Esse gás que vinha pela Mundogás, qual era a procedência? Que país...?

C.M. – O da Mundogás? Ah, vinha dos Estados Unidos, do Oriente Médio... Onde havia operação da Gasocean. Onde ela operasse.

S.L. – Certo.

C.M. – Ela trazia esse gás desses países. Eu não me recordo bem quais países eram os fornecedores. O que é certo é que a operação foi aprovada pelo plenário, o Conselho determinou que a Petrobras importasse o gás da Argentina, na forma preconizada pelo plenário...

S.L. – Do Conselho.

C.M. – ...através da interveniência da Faros, para que, com essa interveniência, se pudesse fazer o repasse dos chassis da Mercedes para a Argentina. Essa foi a sessão inaugural da minha presidência substituta. Eu não tinha nenhuma ideia de continuar presidente – eu tinha 32 anos, por aí –, queria retornar ao banco, eu era advogado do banco. A minha presença no Conselho se dera não por ser técnico, não por ser economista, mas por uma ligação longa com o professor Josaphat, já que eu fora seu assistente aqui no escritório e mantinha uma relação fraterna muito grande. Então, enfrentei esse processo, cumpri com a minha obrigação: eu consegui coordenar, consegui que o plenário aprovasse. O ministro ficou exultante, o Tancredo também, porque o Tancredo tinha interesse em que o assunto se fizesse, e até recebi um telefonema da Presidência da República. Naquele tempo, telefonar era uma coisa muito difícil, mas até da Presidência da República eu recebi uma palavra de apreço, de apoio etc. Vem o fim de ano, as medidas que estavam sendo tomadas tiveram seu segmento natural,

quando, em janeiro, 30 dias após a minha designação como substituto, eu vou ao ministro Gabriel Passos e digo a ele: "Olha, presidente, há uma série de providências a serem tomadas no Conselho. Nós começamos, o professor Josaphat deixou um alicerce admirável, para que a gente possa incrementar uma política nacional, uma política nacionalista, a gente possa resguardar a Petrobras, fortalecer o monopólio. De forma que eu acho que é premente escolher-se o presidente do Conselho, para que não fique essa coisa, porque não é nem interino, eu sou o substituto." Ele disse: "É, muito bem. Muito bem. Mas o governo já escolheu o presidente do Conselho. Eu combinei com o Tancredo e com o Jango, com o presidente, fazermos a sua nomeação para presidente do Conselho." Eu disse: "Como!? Eu não posso ser presidente do Conselho, um cargo que foi exercitado por marechais, brigadeiros, professores etc. Eu sou um moço de 32 anos, 31 anos ou 32 anos, apenas advogado do Banco do Brasil. Eu não sou técnico em petróleo, não sou economista." Ele disse: "Não, é você." E me disse: "Você está com medo?" Eu disse: "Medo de quê? Eu não tenho medo." "Está com medo de errar?" Eu disse: "Não, medo de errar... Eu acho que todos nós erramos." "É, você sabe que administrar é decidir. E quem decide também erra. E se você errar, eu não sou ministro? Sendo ministro, eu posso corrigir o seu erro. Ou você é vaidoso?" E, diante desse quadro, me deixou assim... Ele disse: "Vá trabalhar." Eu disse: "Mas como é que faz?" Ele disse: "Não, eu vou passar um telex" – naquele tempo era telex – "determinando que você permaneça como presidente, até que seja feito o decreto e tal." Eu disse: "Mas, ministro, eu não quero." Ele disse: "Então, vamos nomear interino." Eu disse: "Eu também não quero. O senhor quer o meu serviço? Eu venho trabalhar aqui com o senhor, no ministério. Eu não quero é a presidência de Conselho." Ele disse: "Não, então, vamos ver. Vamos ver. Vá, vá trabalhar. Vá trabalhar, porque se você errar, eu acerto." E assim eu vim. Assumi a presidência do Conselho e...

S.L. – Mas na mesma situação, não é?

C.M. – Na mesma situação, como substituto. Já aí fora da regra regimental, porque mediante um telex. Eu já não era mais substituto pelo regimento.

S.L. – Existia um prazo, inclusive, para ser substituto.

C.M. – Trinta dias. Ele quebrou o regimento e me fez a... mandou continuar na presidência através de um telex, um simples telex. E aí as coisas foram andando, e Gabriel adocece. Adoece e aí já ficou difícil você ter...

R.L. – E morre, não é?

S.L. – O senhor tinha uma relação boa com o Celso, com o filho dele?

C.M. – Muito. O Celso foi meu companheiro de luta universitária. Já vinha de longe. O nosso relacionamento vinha de longe, vinha das coisas da universidade, das lutas da universidade, da UNE. Esse é um outro episódio, não vem ao nosso caso, não é? E aí, Gabriel adocece, começa a situação a se complicar, assume Celso como interino...

S.L. – Interino, não é?

C.M. – Interino, sem...

S.L. – Porque ele era chefe de gabinete do pai.

C.M. – Ele era chefe de gabinete do pai. O Jango e o Tancredo o nomearam ministro interino, mas não o fizeram ministro definitivo, efetivo, e aí continuou esse negócio: eu como substituto e Celso como interino. Mas a problemática não parava, não é? As coisas se complicavam, as coisas que tinham que ser decididas. Esse período serviu sobremaneira para que, primeiro, desaparecessem totalmente quaisquer dúvidas entre o Conselho e a Petrobras.

S.L. – O Geonísio saiu com o Jânio, não é?

C.M. – É, e aí eu... E isso, principalmente depois que veio a grande crise entre dr. Gabriel e Lima Rocha, que era diretor da Petrobras e que chegou a levar a Tancredo um projeto de internacionalização da Petrobras... Projeto esse até, ao que me parece, ao que me lembro, foi aprovado pelo plenário do Conselho de Ministros. Disse-me, a mim, o ministro, dr. Gabriel, que foi surpreendido pela decisão e para ela partiu, dando seu voto, sem adentrar

propriamente no conteúdo daquilo. E isso... Depois, claro, essa coisa foi posta de lado, o Lima Rocha foi demitido e, conseqüentemente, começou a grande briga com o Geonísio.

S.L. – O Lima Rocha era diretor do Geonísio.

C.M. – É, o Lima Rocha foi diretor do Geonísio. O Lima Rocha, vamos dizer, fez uma malandragem, talvez porque tivesse – eu não sei, não posso julgar, não estou afirmando – talvez ele tivesse uma ligação com o dr. Tancredo. Eu sei que ele levou, por que canais eu não sei, ele levou a dr. Tancredo a ideia da internacionalização da Petrobras. Quer dizer, numa traição evidente aos propósitos nacionalistas do próprio governo Jango e, sobremaneira, de dr. Gabriel.

S.L. – Quer dizer, esse projeto abalaria o monopólio completamente.

C.M. – É, abrandaria.

S.L. – Abrandaria.

C.M. – É, internacionalizar... Eu não conheço o projeto. Eu não conheço, não tenho, nunca li.

S.L. – Eu nunca ouvi falar nesse...

R.L. – Eu também não.

C.M. – Eu nunca li. É uma coisa que, certamente, está nos escaninhos da República e eu não sei. Mas você vai internacionalizar a empresa, quer dizer, iria permitir, naturalmente, o capital internacional etc., etc., etc., negócios de toda forma. Mas criou-se o caso e o dr. Gabriel ficou uma fera com o negócio. Mas ficou uma fera!

S.L. – O Geonísio então, ele vai além do governo Jânio, não é?

C.M. – Vai.

S.L. – Ele entra no regime parlamentarista.

C.M. – Ele entra no governo parlamentarista. Aí já estava a briga montada, não é? A briga já estava montada. Os sindicatos, os sindicatos do sul, principalmente Cubatão, principalmente Caxias – Silvino de um lado, Autran de outro – numa movimentação muito grande. Enquanto os sindicatos aqui da Bahia, principalmente o dos técnicos, defendiam intransigentemente o Geonísio, o Rocha etc.

S.L. – Ainda tinha esse elemento dificultador, tudo rachado, não é?

C.M. – Eu não sei se estava rachado, mas tinha divergências

S.L. – É, mas divergências. Pois é.

C.M. – Divergências. Quando dr. Gabriel resolve demitir Geonísio. Demitir Geonísio. Leva a despacho com o Tancredo e com o Jango a destituição de Geonísio e a nomeação de Francisco Mangabeira.

R.L. – A nomeação de...?

C.M. – Francisco Mangabeira, o filho do dr. João, professor universitário, consultor jurídico da Caixa Econômica, com muita vinculação...

S.L. – Jovem também, não é?

C.M. – Era jovem. Era mais velho do que eu. Naquela época, devia ser uma pessoa de quarenta e poucos anos. [Ele tinha] forte vinculação com as áreas sindicais do Rio e de São Paulo. Faz-se a nomeação de... de Geonísio [de Francisco Mangabeira]. Isso, no início do ano.

S.L. – Em 62.

C.M. – Em 62. A região de Salvador entra em polvorosa, Juracy se irrita, compreendeu? É um clima absolutamente de insatisfação, apesar de Chico ser baiano, de Francisco Mangabeira ser baiano, de Francisco ser filho de João Mangabeira. Deu-se a coisa, mas o Geonísio foi finalmente demitido, Mangabeira assumiu a presidência da Petrobras. O Lima Rocha já tinha assumido, em 61, ou no início...

S.L. – Antes mesmo da saída do Geonísio...?

C.M. – Antes. O Lima Rocha assumiu antes. Essa situação estava muito séria quando, estava eu na Bahia para vir para os festejos de fim de ano, instala-se a greve em proporções muito sérias. O dr. Gabriel, de lá do Rio, me pede para entrar em entendimento com o Juracy. O Juracy, eu me lembro bem até hoje, ele ia para Itaparica descansar e me recebeu no cais do porto ali e me disse: "Olha, eu não aceito. O Gabriel é meu amigo, eu gosto muito dele, mas diga ao ministro que eu não aceito a demissão de Geonísio." Eu disse: "Minha Nossa Senhora! É a greve despontando." O dr. Gabriel me pediu então que contornasse a situação da melhor maneira e, se preciso, desse segurança à realização dos trabalhos, à produção das refinarias.

S.L. – O curioso é que nessa época a Bahia ainda era a principal região produtora, mas o refino, a maior parte do refino estava lá no Sudeste...

C.M. – Estava começando.

S.L. – ...na Reduc e em Cubatão.

C.M. – É, já tinha Cubatão e já tinha Bernardes e tal. A produção de Bernardes era forte, a produção de Duque de Caxias iniciava. Mas a produção de refinados era lá no Sul. Era preciso que acalmasse isso.

S.L. – É, a coisa estava complicada mesmo.

C.M. – É. Eu me lembro bem que era comandante aqui da região o general que fora chefe da Casa Militar de Jânio. Eu me esqueço o nome dele, mas que eu tivera relacionamento com ele quando era chefe de gabinete do CNP. Eu fui procurar o general, a mando do governo, para que criasse as condições de não se ter aqui uma débâcle, uma crise mais profunda. Mas, na verdade, nada foi aprofundado, a greve se extinguiu. Os diretores aqui de Mataripe e da região de produção, Perrone e Ivan de Carvalho, comandaram uma suposta rebelião, para assegurar o Geonísio. Mas, afinal, o Chiquito empossou-se. O Francisco Mangabeira empossou-se, dr. Gabriel sustentou muito firmemente a ação da Petrobras e eu, no Conselho, mesmo substituto, estava absolutamente respaldado pelo gabinete do ministro. E assim a gente pôde, terminada essa crise Geonísio, dar segmento a todo o trabalho que se fazia. Aí, interligados o Conselho e Petrobras, já no desenvolvimento de uma política monopolística de petróleo. Qual era o objetivo dessa política? Fortalecer o monopólio, desenvolver a Petrobras novas atividades de toda a natureza, fazer-se a importação, o monopólio de importação por parte da Petrobras – o monopólio total da importação de cru e de derivados ainda importado – e encampar-se as refinarias privadas.

S.L. – Quer dizer, essa ideia vem desde 62.

C.M. – Vem de sessenta e... Vem com o Gabriel. Aliás, já vinha antes, na luta que se desenvolveu. Não foi uma ideia gerada na cabeça de Gabriel. Gabriel era, vamos dizer, o aglutinador de tudo isso. Era uma figura gigantesca, maravilhosa, extraordinária, e que tinha o propósito do monopólio do petróleo, do processo energético, com a Eletrobrás, na encampação de minas e de fortalecimento da Vale do Rio Doce. A sua posição era multiforme, mas toda ela voltada para, realmente, para uma política nacionalista, rigorosamente nacionalista, de fortalecimento...

R.L. – Seria um pouco uma retomada do governo Vargas.

C.M. – Era um retorno a 54. Aquelas coisas que, em 54, se fizeram e que o governo de Juscelino abrandou. Retomava-se o governo Vargas, a ideia nacional do governo Vargas, o nacionalismo dos anos de 50 a 54. Dessa fase, além de toda essa quizumba em torno da encampação, do monopólio de importação etc., todos os vapores vinham à tona.

S.L. – Só um momentinho. Quer dizer, essas mudanças não... Seria uma legislação nova, não é?

C.M. – Ah, sim!

S.L. – Sim, não é?

C.M. – Careciam, porque a [Lei] 2.004...

S.L. – Teria que se passar pelo Congresso.

C.M. – A [Lei] 2.004 não dava nem o monopólio de importação e respeitara as refinarias anteriormente...

S.L. – As refinarias já autorizadas.

C.M. – ...anteriormente existentes, não é isso? A distribuição de petróleo, dos derivados refinados se fazia exclusivamente pela iniciativa privada, pelas distribuidoras particulares.

[FINAL DA FITA 1-B]

C.M. – A Petrobras tinha, então, nenhuma presença no mercado distribuidor. Esse mercado se fazia com Esso, Shell...

S.L. – Atlantic, Texaco...

C.M. – Atlantic, Texaco...

S.L. – A Ipiranga já...?

C.M. – A Ipiranga era pouco, mas tinha. Era um mercado, vamos dizer, de defesa da

Petrobras. A Petrobras não podia participar. Não tinha condições de fazer. Mas o almirante, o ministro da Marinha no governo parlamentarista, ainda Tancredo primeiro-ministro, desencadeou um movimento muito forte para que os navios da Marinha passassem a ser abastecidos pela Petrobras. A Petrobras produzia o óleo refinado, o combustível, os navios da Marinha, aportados na sua maioria no Rio de Janeiro, no cais do Arsenal, e era a Esso e era a Shell e era a Atlantic e a Texaco a lhes fornecer os derivados de que a Marinha carecia. Começaram os sindicatos a fazerem uma onda. O ministro Noronha, salvo seja, tinha dois filhos oficiais de Marinha, tenente ou capitão. Esses oficiais começaram a fazer uma onda muito grande para que a Petrobras afinal fornecesse o óleo à Marinha. Aí, não precisa imaginar, os jornais abriram uma campanha inusitada contra esse fornecimento. Mas, afinal, dentro da mesma política de conexão entre o Conselho e Petrobras, de entendimento pleno, e dentro de uma orientação absolutamente nacionalista, o Conselho...

S.L. – O Conselho autorizou.

C.M. – Autorizou. Autorizada a Marinha, veio a autorização para que fossem fornecidos os necessários derivados ao Exército, à Aeronáutica – menos querosene de aviação...

S.L. – Porque não era fabricado ainda, não é?

C.M. – É. [Fornecer] lubrificantes etc., o que houvesse, à Marinha e ao Exército, e estendeu-se também a todas as repartições públicas do estado, da União e do município.

S.L. – Isso, ao longo de 62?

C.M. – Ao longo de 62. Dá-se então o ingresso da Petrobras na área de distribuição e, por consequência, a sua preparação técnica para fazer a operação da distribuição, porque ela não tinha, ela não estava preparada. É, vamos dizer, o nascedouro, a semente...

S.L. – Da BR.

C.M. – Da BR Distribuidora. Mas a luta continua, não pára aí. E, afinal, o Conselho veio e

delega a Petrobras, ou autoriza a Petrobras, dando-lhe o título de "distribuidora nacional de produtos..." Sem monopólio, é claro.

S.L. – Sem monopólio.

C.M. – Mas em caráter competitivo. Com o ingresso da Petrobras...

S.L. – E isso, não precisava mexer em legislação, nada, nada.

C.M. – Nada. Eram decisões do Conselho.

S.L. – Era uma decisão no âmbito do CNP.

C.M. – Do Conselho, autorizando a Petrobras a assim proceder.

S.L. – A entrar no mercado.

C.M. – "Entra no mercado. O mercado é seu. Vai embora, vai buscar." Em termos competitivos. Uma luta terrível! Os jornais a massacrarem essa coisa, mas fez-se então o fortalecimento – aí, mais ainda – do monopólio, permitindo que a Petrobras avançasse no mercado distribuidor, não é? Esse foi um dos momentos bonitos.

S.L. – Dr. Carlos, nesse momento, o senhor já está como presidente?

C.M. – Ah! Bem, a história da presidência...

S.L. – Porque tem isso, paralelamente, tem a sua situação.

C.M. – Nós paramos aí. Nós paramos e entramos na questão... Se desenvolviam essas ações, não é?

S.L. – E o senhor...

C.M. – Eu, ainda...

S.L. – Ainda nessa provisoriedade.

C.M. – Ainda nessa provisoriedade. Tancredo sai do ministério, renuncia à condição de primeiro-ministro e vai nomear... Aquela coisa toda.

S.L. – Aquela confusão toda. Sei.

C.M. – O Jango parte para uma solução inesperada: Brochado da Rocha. Manda buscar Brochado da Rocha no Rio Grande do Sul. Brochado reformula o ministério: Celso deixa de ser ministro interino e é nomeado João Mangabeira, ministro das Minas e Energia. Aí, eu fui para a posse do dr. João Mangabeira, e lá chegando eu disse: "Olha, ministro..." Eu tinha com ele uma velha ligação, eu sou fundador do Partido Socialista. Eu era um dos doze que faziam uma comissão que dr. Otávio...

S.L. – O velho Otávio Mangabeira.

C.M. – É, o dr. Otávio, governador, dizia que [a comissão] cabia em uma Kombi, para ir buscar dr. João, quando o João chegava. Ele chamava o Luis Vidal, que era seu oficial [inaudível], e dizia: "Arrume uma Kombi – porque na Kombi cabe o diretório, a executiva e os filiados – para ir pegar João no aeroporto." Entendeu? Eu vinha do conhecimento travado desde essa época. Me fiz amigo dele. Tive a glória e a honra inaudita de ser realmente amigo de João, de lhe frequentar a casa.

S.L. – João no ministério e Francisco na presidência da Petrobras.

C.M. – O Francisco ainda está na Petrobras, não é? Já estava com o Gabriel. Aí, eu vou a João e digo: "Ministro, a minha situação é essa. Eu estou na presidência do Conselho por decorrência de um telex. A minha situação é a mais irregular possível. Eu não posso presidir plenário..."

S.L. – Ah! Continuava com esse impedimento, não é?

C.M. – É. "Eu não posso presidir plenário, não tenho a representatividade jurídica, a representação jurídica do Conselho..."

S.L. – A imprensa fazia alguma...?

C.M. – Não. Curiosamente, ninguém...

S.L. – Ninguém...

C.M. – Não. Deu-se assim, por parte da imprensa e da opinião pública, uma aceitação à minha presidência. Porque eu não sei. Mas era uma coisa sagrada, ninguém mexia, ninguém dizia nada. No Congresso não se falava. Era um presidente de fato, sem ser de direito, mas aceito à unanimidade. Não havia nenhuma crítica, nenhuma reação, nada.

S.L. – Os conselheiros...

C.M. – Os conselheiros tinham um encanto por mim. Eu preparava tudo. Eu preparava as reuniões do plenário com muita antecedência, com todo o cuidado.

S.L. – E o senhor tinha um chefe de gabinete?

C.M. – É, eu nomeei um chefe interinamente. Não, não, respondia pela chefia do gabinete o secretário do plenário. Mas eu não o utilizava. Praticamente eu era presidente e era chefe de gabinete.

S.L. – Era chefe do seu gabinete.

C.M. – Havia por lá a d. Alba Pires, de saudosa memória, que era a minha secretária, ela assumia as funções de toda a natureza. Quer dizer, me dava o suprimento para eu poder fazer

a presidência. O dr. Resende, que era o secretário do plenário, também era um homem muito caprichoso, muito percuciente, e então tinha aqueles processos todos ordenados. As direções do Conselho, as direções técnicas, continuavam...

S.L. – Quer dizer, a direção econômica... Foi nesse momento...

C.M. – Não, a história de Murilo é outra.

S.L. – Foi nesse momento que veio o Murilo?

C.M. – Aí é outra.

S.L. – É outra história.

C.M. – Era o Ismar, que vinha de Josaphat; o Albino, que vinha de Josaphat, o da Técnica e o da Jurídica; o chefe do [inaudível] era o mesmo. Compreendeu? O staff era o de Josaphat.

S.L. – Não mexeu.

C.M. – Eu não mexi. Eu não podia.

S.L. – É, não podia.

C.M. – Se tudo dependia...

S.L. – É, não podia.

C.M. – Se tudo dependia de decreto presidencial para você demitir ou nomear.

S.L. – Com essa sua situação tão...

C.M. – Não, eu não podia nomear ninguém, designar... Eu não tinha a representação jurídica

do órgão. E este equilíbrio eu consegui manter até a posse de João. Eu cheguei lá, conversei com ele, disse a ele que essa situação não podia persistir, muitas providências teriam que ser tomadas e havia a necessidade de ter um presidente. Muito bem. Ele me ouviu, me deu um abraço e eu saí do ministério...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

C.M. – Eu saí do ministério e fui pegar o avião para vir para o Rio. Peguei o avião. Quando eu cheguei no Rio, o hall ali do Santos Dumont estava assim de gente, os jornalistas vieram. Indaguei comigo mesmo: "Será que veio alguém importante no avião que eu não tenha reparado?" Eu já conhecia, naquela época, todos os mandatários da República. Saltei e aí bateram palmas. Eu disse: "O que está havendo?" "O *Repórter Esso* acabou de anunciar a sua nomeação para presidente do Conselho. Saiu agora, nesse instante. Como o senhor estava vindo, nós recrutamos os amigos, os funcionários. E a imprensa veio, naturalmente, em razão disso." E aí começou a minha gestão como presidente efetivo, em agosto...

S.L. – Em agosto de 62.

C.M. – Em agosto de 62. Eu fui nomeado, o decreto publicado etc. De 62. Muito bem. Outra era, conseqüentemente, a minha situação: já eu podia cumprir os mandamentos que tinham sido, vamos dizer, indicados, formulados na gestão de Gabriel, com plena anuência de dr. João, que era talvez mais, ou igual ou mais, nacionalista – e, além do mais, socialista – do que o próprio dr. Gabriel.

S.L. – E baiano.

C.M. – E baiano! E aí ficou uma integração absoluta. Nesse período, o Conselho pôde desenvolver uma atividade muito profícua. Nós estabelecemos medidas tais como: conceder ensino gratuito para os filhos de funcionários e funcionárias do sistema petrolífero. Talvez a primeira medida assim, de alcance social, nessa área, feita no Brasil. Era um pouco como o Jango... como o Lula, que ele disse [inaudível]. [riso] Mas essa foi uma medida assim, de... adotada pelo plenário do Conselho, não é?

S.L. – Quer dizer, todos os filhos de funcionários da Petrobras...

C.M. – Da Petrobras e ligados ao complexo público, passaram a ter o auxílio de ensino. Passaram a ter auxílio de ensino. Eu tenho a portaria aí, é muito bonita. As atividades do asfalto, por exemplo, não havia nenhuma disciplina. E nós fizemos a disciplina. Quer dizer, o Conselho votou medidas relativas ao abastecimento e à distribuição de asfalto. Expandiu-se, conseqüentemente, o sistema de distribuição aos órgãos públicos etc...

S.L. – Aquilo que o senhor tinha falado antes, em relação... que começou com o Ministério da Marinha e foi embora, não é?

C.M. – Começou com o Ministério Marinha e se desencadeou o processo, até que, afinal, o Conselho outorgou à Petrobras o título de distribuidora. Eu não sei, isso deve estar lá. Porque geralmente essas empresas colocam esses títulos, essas concessões, na parede, em um quadrinho.

S.L. – Emoldura, não é?

C.M. – Isso deve estar assinado por mim. O transporte, a regulamentação do transporte marítimo, ferroviário e rodoviário de derivados pelo país...

S.L. – O transporte dessas cargas por essas...

C.M. – É, dessas cargas. Não havia nenhuma regulamentação, e o Conselho vem e faz essa regulamentação. E isso tudo beneficiando sobremaneira o fornecimento por parte do refino da Petrobras. Quer dizer, era preciso que houvesse uma coordenação disso. E o Conselho vem em socorro da atividade petrolífera – conseqüentemente, de fortalecimento da Petrobras –, dando condições a ela de fazer amplamente esse sistema de transporte, não é?

S.L. – Naquela época, os oleodutos eram pouquíssimos, não é?

C.M. – Não, o oleoduto...

S.L. – Tinha aquele antigo...

R.L. – Santos-Jundiaí.

C.M. – Não, o oleoduto estava sendo construído. Estava se iniciando a refinaria de Gabriel Passos, em Minas.....

S.L. – A Regap.

C.M. – ...a Regap, e, conseqüentemente, a implantação do oleoduto.

S.L. – O oleoduto Belo Horizonte-Rio, não é? A construção da Regap e a construção do oleoduto Belo Horizonte-Rio

C.M. – É, o Rio-Belo Horizonte. Havia o oleoduto do cais do porto de Santos para o Planalto.

S.L. – Para o Planalto. É antigo já.

C.M. – É, exatamente. Levava para Capuava, não é? E havia o oleoduto do porto para Bernardes, em Cubatão. Era esse...

S.L. – Quer dizer, o oleoduto tinha um peso muito pequeno no transporte dessas cargas, não é?

C.M. – Ah, nenhum. Praticamente nenhum. Era...

S.L. – Era muito reduzido, não é?

C.M. – Era tirar do navio e botar na refinaria, no caso de São Paulo. O primeiro oleoduto em execução realmente com a característica de oleoduto veio da implantação de Gabriel Passos,

em Minas Gerais. Nos campos petrolíferos aqui da Bahia, da região petrolífera, havia uns dutos...

S.L. – Pequenos, não é?

C.M. – Havia uns dutos de condução natural e de transposição do prospectado e produzido para Mataripe. Mas não era um sistema tipicamente de oleodutos. Havia um grande problema naquela época, e isso batia frontalmente na Petrobras, que era o problema da manutenção dos estoques nas distribuidoras. Havia uma instrução no Conselho que fixava os limites em que essas operadoras tinham que manter estoques para atendimento da distribuição. Mas havia uma malandragem muito grande, de não se ter os estoques da forma adequada. Ora, a Petrobras produzia em razão do esquema de depósito... da necessidade do abastecimento. As distribuidoras não tomavam o que seria do seu dever, mantendo tanques vazios ou com carga menor, e a Petrobras tinha, necessariamente, de segurar esses estoques das refinarias, com ônus, com encargos, com dificuldades. Então, o Conselho veio, de uma forma muito imperiosa, [inaudível]: "Vamos trabalhar para que seja cumprido rigorosamente o processo de armazenagem."

S.L. – Essas decisões do Conselho eram resoluções?

C.M. – Resoluções.

S.L. – Eram na forma de resolução, não é?

C.M. – E, afora a parte de resoluções do plenário, havia ações administrativas do presidente do Conselho determinando...

S.L. – O cumprimento, não é?

C.M. – Havia, nesse particular, um instante de ação, de gestão presidencial. Então, nesse campo, a ação do Conselho em favor da Petrobras foi ilimitada. Quer dizer, eu mandava fiscais verificar se os tanques estavam com os estoques definidos na resolução do Conselho,

para impedir que essas empresas segurassem a situação dos seus estoques, primeiro, não comprando, não pagando; segundo, obrigando a Petrobras a fazer gastos para sustentar estoques que ela produzira.

S.L. – Eu vou fazer só uma pergunta para o senhor, só para nós fecharmos. Nós estamos trabalhando muito com refino e distribuição, que era a área que o CNP poderia...

C.M. – Interferir?

S.L. – Poderia interferir.

C.M. – Interferir.

S.L. – Porque as outras áreas da Petrobras ele não tinha nada a ver.

C.M. – Não, não era abastecimento de tudo.

S.L. – Exato.

C.M. – A grande ação do Conselho...

S.L. – Não, a minha dúvida é o seguinte: as distribuidoras, essas distribuidoras estrangeiras, elas importavam os derivados e compravam das refinarias da Petrobras?

C.M. – É, elas compravam, na sua maioria, porque a Petrobras vai se auto-suficientizando.

S.L. – Vai aumentando o...

C.M. – Ela vai ampliando a sua capacidade de produção. Consequentemente, o grande fornecedor às distribuidoras é a Petrobras.

S.L. – É a própria Petrobras.

C.M. – Nas deficiências vinha...

S.L. – Vinha de fora.

C.M. – Vinha no processo de importação. Ora, se elas não mantivessem os estoques que estavam programados, o prejuízo vinha para a Petrobras. E era preciso, conseqüentemente, uma ação benéfica, para evitar que houvesse o estabelecimento dessa situação. Nisso o Conselho foi admirável. Aí, dentro do espírito de colaboração entre o CNP e a Petrobras – o fortalecimento, por consequência, do monopólio estatal. E era o grande programa do governo Jango o fortalecimento do monopólio estatal. Política nacionalista mesmo, sem encobrir-se isso ou aquilo, sem qualquer desvio. Era realmente uma política nacionalista. Era uma política em favor do monopólio. Por isso quando eu digo que o Jango foi grande presidente que consolidou o monopólio e, sobretudo, fez o crescimento da Petrobras e o seu fortalecimento. Era para ser, na Petrobras, exaltado de toda forma. Porque, não fora isso, essas coisas todas, hoje, que se refletem no seu gigantismo, na sua operação, a que se deve muito aos técnicos, a tudo o que eles fizeram, a uma administração vigorosa, a uma gestão de negócios de primeira qualidade, nada disso teria se efetivado sem essa gestão monopolística.

S.L. – Certo. Sem essa política tão clara, não é?

C.M. – Tão clara. Veja você que, nós já conversamos, o que vinha, até 61, era a controvérsia, a dúvida, a pressão de grupos internacionais, era Roboré, era a criação de Capuava, era isso, era aquilo. Quer dizer, para exatamente minimizar a ação da empresa. De 61 para cá, o que se faz, desde Josaphat? Desde Josaphat. É fortalecer o monopólio. E depois do governo parlamentarista, com a presença de Gabriel, sim, uma política nitidamente nacionalista. E eu me orgulho muito de ter participado desse processo, principalmente porque eu venho de antes. O meu tempo foi do tempo do "Petróleo é nosso". Eu venho daí. Eu venho de longe.

S.L. – Da campanha "O petróleo é nosso".

C.M. – Da campanha "O petróleo é nosso". O outro problema que existia era o problema da

revisão do Imposto Único.

S.L. – Ah! Isso foi importante.

C.M. – A revisão do Imposto Único. Tanto o DNER como a Rede Ferroviária queriam ter uma participação maior na distribuição...

S.L. – Do bolo.

C.M. – ...do bolo do Imposto Único. Ora, o Imposto Único era praticamente o cerne através do qual a Petrobras se alimentava de recursos para os seus investimentos. À medida que essas outras áreas iam tendo uma participação maior, a possibilidade de perda de recursos por parte da Petrobras se faria, não é? Mais uma vez você tem na ação do Conselho, na ação do ministério, na pessoa de... já aí de Celso – foi no período em que Celso estava atuando, e Gabriel já doente – de fazer-se uma Lei do Imposto Único que não prejudicasse substancialmente a Petrobras. Ou, melhor, não lhe tirasse recursos. Isso foi conseguido...

S.L. – Isso tem de virar lei?

C.M. – Virou lei, a Lei do Imposto Único. Eu tenho aqui e posso até depois lhe mandar. É importante.

S.L. – É importante sim.

C.M. – É importante. Me lembro bem que em uma das reuniões do Conselho de Ministros, nós não tínhamos acesso mas estávamos eu e Lafayette do Prado na ante-sala, e o Conselho de Ministros ia decidir sobre o Imposto Único. Meu saudoso e querido amigo, dr. Tancredo, ao sair da reunião se deparou comigo e com o Lafayette – o Lafayette querendo a parte do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e eu, dentro da linha do dr. Gabriel, querendo exatamente não alterar os percentuais a que a Petrobras tinha direito – e nós perguntamos, até eu que perguntei: "Dr. Tancredo, ministro, qual foi a solução?" "Meirelles, meu filho, tudo combinado, porém, nada resolvido." Esta frase dele eu não me esqueço até

hoje. Soa ao meu ouvido até hoje. "Meirelles, meu filho, tudo combinado, porém, nada resolvido." Mas a coisa andou e, afinal, nós tivemos a Lei do Imposto Único.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

R.L. – A Lei do Imposto Único...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

C.M. – Eu fiz em pouco tempo. Eu tive muito pouco tempo para retomar essa...

S.L. – Mas está ótimo.

C.M. – ...para retomar essas coisas. Então, devo ter falhas no que estou dizendo, mas acredito que, possivelmente, poucas.

S.L. – Não, está tudo indo muito...

R.L. – Isso serve como norte, não é?

C.M. – Vocês estão por dentro do assunto, não é?

S.L. – É, mas, na verdade, o senhor está dando muita informação original e complementando coisas que a gente...

C.M. – Que já sabia.

S.L. – Já sabia, mas dando mais subsídio, não é?

C.M. – Bem, nesse período, também, há um grande problema, que era a não aceitação, por parte de Capuava e de Manguinhos, em operar o óleo baiano. Diziam eles que era um óleo pesado, que os esquemas de refino não abrigavam, e era uma relutância terrível. Aonde ia: "O

que faz com o óleo baiano, o que não faz. Elas não querem, elas não aceitam." Foi quando, nesse período, o governo Jango, através do Ministério das Relações Exteriores trouxe ao Brasil uma missão soviética que vinha e nos oferecia óleo a um preço razoável. Um óleo fino, de melhor qualidade, o óleo chamado de Baku, da região de Baku.

S.L. – No Azerbaijão.

C.M. – Exato. Eu me lembro bem que o ministro Hermes Lima, ministro das Relações Exteriores na ocasião, já no governo Brochado, fez uma reunião no ministério, botou o Conselho, a Petrobras e os russos numa mesa, lá no Itamaraty, e bateu: "Nós temos que importar o óleo baiano... o óleo russo." O óleo russo.

R.L. – Eu posso fazer um intervalo? O grupo do Itamaraty foi chefiado por meu tio-avô, nessa época...

C.M. – Foi!? Nessa época? No tempo de Hermes.

R.L. – Exatamente.

C.M. – Pois bem, fizemos a reunião, os russos nos ofereciam uma quantidade de óleo que eu não me lembro, não me acode – se mexer aí talvez ache – mas a Petrobras também rateava, nessa história do óleo russo. É aquele mesmo receio que advinha da importação...

S.L. – Do gás argentino.

C.M. – Do gás argentino. Receio de que as normas técnicas, a qualidade, essas coisas pudessem prejudicar...

S.L. – O abastecimento.

C.M. – O abastecimento. Mas o governo não teve dúvida, bateu o martelo: far-se-ia a importação. E como a Petrobras fizera alguma relutância, passou-se a adotar a ideia de jogar

o óleo russo nas refinarias privadas...

S.L. – Nas refinarias privadas.

C.M. – ...já que elas alegavam que o óleo baiano...

S.L. – Era pesado.

C.M. – ...não entrava nos seus esquemas de refino. A argumentação era que o óleo baiano não subia o terminal até Capuava, congelava, especialmente no inverno, no inverno não era possível. Até que nós, do Conselho, resolvemos fazer... dar um cheque-mate. Eu me lembro que eu me desloquei para Santos, acompanhado do diretor da Divisão Técnica, dr. Albino, e lá chamamos os técnicos da...

S.L. – Da Capuava.

C.M. – Não, da Ferrovia Santos-Jundiaí, que era quem manipulava o...

S.L. – Administrava o...

C.M. – ...quem administrava o oleoduto. [Chamamos os técnicos] enquanto aportava um navio que vinha do Rio com o óleo baiano, de Mataripe. E à madrugada, um frio desgraçado, nós fizemos desembarcar o óleo baiano. O óleo baiano subiu o oleoduto com a maior tranquilidade e chegou nos tanques da Capuava. E aí acabou o mistério, o óleo baiano pode ser usado, pode ser processado, pode ser refinado. Ao mesmo tempo, para não lhes dar o óleo baiano, nós passamos a indicar a Capuava – imagine o dr. Soares Sampaio, como não deve ter tremido da cabeça aos pés, ele e Geisel etc. – em receber o óleo soviético, e passamos as cotas do óleo soviético para a Capuava. E assim ingressou no mercado brasileiro o óleo soviético.

S.L. – O óleo veio então?

C.M. – Veio! Nós mostramos que eles podiam receber o óleo baiano, mas eles não queriam o óleo baiano. E aí, nós nos acionamos e, em vez de eles operarem o óleo baiano, sem dizer que não... que o óleo baiano não subia porque congelava no oleoduto, eles passaram a processar o óleo soviético. Essa é uma das coisas que mais me gratifica, [riso] como nós chegamos a isso. Porque eles diziam...

[FINAL DA FITA 2-A]

S.L. – ...as refinarias privadas queriam era continuar importando...

C.M. – Ah, sim! Nem óleo baiano, nem óleo soviético, nem um direcionamento quanto ao tipo de óleo que eles deveriam importar. Mas nós estávamos entrando numa política de abertura de mercados. O Brasil estava em negociação com a Argélia, o Brasil estava em negociação com a Rússia, o Brasil queria o óleo da Venezuela, compreendeu? E, naturalmente, não sendo auto-suficiente, não sendo auto-suficiente na produção de cru, as permissionárias tinham o pleno direito de importar...

S.L. – De onde quisessem.

C.M. – ...de onde quisessem. E assim faziam. Mas esse episódio eu estou me referindo a ele pelo curioso da história.

S.L. – E essa importação de óleo soviético continuou?

C.M. – Continua.

S.L. – Mesmo depois do golpe militar?

C.M. – Até que eu tenha saído do Conselho, me parece que a Petrobras ainda importava. Daí em diante... De 64 para cá, eu não lhe posso dar nenhuma informação porque não sei. Não sei. Então, referido esse episódio...

S.L. – E a campanha presidencialista? O CNP...

C.M. – Ah, bem, isso é outra história. Isso é outra história. Aí, nós não nos envolvíamos, vamos dizer, no problema, mas o apoio foi absoluto. Finalmente, o João sai do Ministério das Minas, é nomeado para o Ministério da Justiça, e, enquanto isso, o Congresso tinha aprovado o tal do plebiscito. O plebiscito se realiza, em janeiro de 63...

S.L. – Em 6 de janeiro.

C.M. – E o mestre João, num ato de extrema capacidade e sabedoria, matou o plebiscito, numa entrevista que deu aos jornais de rádios e televisões, depois de realizado o plebiscito, na fase de apuração, quando realmente o sim ao presidencialismo já se avantajava, mas ainda estava....

S.L. – Foi esmagador.

C.M. – Aí começou aquela coisa, do que me lembro, de postergar os atos de publicação etc., e João vai à televisão e fulmina, só com um discurso... com uma entrevista, ele fulmina a brincadeira que estava se pretendendo fazer para postergar no tempo...

S.L. – A implantação do presidencialismo.

C.M. – ...a implantação do presidencialismo. Essa é a parte da nossa conversa. E eu posso lhes mandar também um relatório do Conselho, de 62, que tem todos os atos, como o de 63 também e como o de Josaphat. Eu vou lhes mandar uma cópia, e aí vocês podem checar algumas coisas. O ano de 63 foi um ano de amplos debates: na rua, o monopólio de importação; na rua, a encampação de refinaria; sindicatos se movimentando, estudantes. Havia todo um clima que se desenvolveu durante praticamente todo o ano. Era necessário fazer-se uma coisa e outra. Nesse ínterim, eu tive como ministro o Eliezer, que substituiu a João, tive...

S.L. – Como é que foi o Eliezer, hein? É curioso.

C.M. – Muito bem.

S.L. – Muito bem, é?

C.M. – Ah! Muito bem. Dizia ele que eu era o ministro do petróleo, que ele só cuidava de minas e energia. Porque o que eu levava para ele, para submeter à consideração do presidente da República, ia direto. Ele não fazia sequer uma ressalva, uma vírgula. Foi um admirável ministro, porque exatamente deixou a cuidados da Petrobras e do Conselho o desenvolvimento da ação petrolífera. Não interferiu, não teve um ato sequer que pudesse você pôr em dúvida...

S.L. – Ele já era mais ligado à mineração, não é?

C.M. – É, ele era ligado à Vale do Rio Doce, à parte energética. Ele não queria. O negócio de petróleo... Ele me dizia sempre: "Meirelles, o negócio de petróleo é com você. Você é o ministro do petróleo, eu não tenho nada a ver com isso. Você me traz as medidas, o que for necessário, as providências que eu levo ao presidente." E assim foi. E assim se fez. Por isso eu considero a presença de Eliezer no ministério admirável para o desenvolvimento dessa política nacionalista. Não que ele estivesse a ela incorporado, não que ele fosse um arauto dessa política.

S.L. – Porque não era. Porque os outros eram.

C.M. – Ah, sim! O João, o Gabriel, o Celso era uma coisa, Eliezer não. Ele não tinha...

S.L. – Mas, também, não botava areia, vamos dizer assim.

C.M. – Não. Ele não tinha compromisso.

S.L. – Não tinha.

C.M. – Mas sequer um instante, um momento, ele deixou de dar ao monopólio a participação pessoal para o seu fortalecimento. Como ministro, ele foi admirável. Admirável. Eu guardo de Eliezer, nessa época, o maior respeito, o maior apreço.

S.L. – Era muito jovem também, não é?

C.M. – Também. Ele era da turma. Nós éramos todos jovens. No governo do Jango só tinha jovem.

S.L. – Era um governo muito jovem. Engraçado, nunca destacam isso.

C.M. – É, nós éramos... Richer, na Eletrobrás.

S.L. – Paulo Richer. Era garoto. Garoto.

C.M. – O gabinete de Gabriel era um universo de juventude. E assim com o dr. João, continuou a mesma coisa. O Eliezer manteve o mesmo staff, não houve dissolução de continuidade. Então, todos nós éramos jovens e comprometidos. Nós éramos comprometidos, o ministro não. Mas então, eu dizia que foi um ano, um período muito forte, de movimentação, o cartel, as forças contrárias à Petrobras se movimentando, forçaram a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito.

S.L. – Foi por causa do que exatamente, essa comissão?

C.M. – Hein?

S.L. – Foi envolvendo o presidente da Petrobras, não é? Ele teve de depor, não é?

C.M. – Já era... o presidente era...

S.L. – Era um militar. Foi um general.

C.M. – Era o Albino. Já era o Albino.

S.L. – Já era o Albino. São dois Albinos, não é? O Albino do CNP é civil...

C.M. – O Albino Silva era diretor do CNP. Não, Albino Silva era o presidente da Petrobras. Era outro Albino. Eu não estava me lembrando o sobrenome. Albino Souza era diretor do Conselho. Mas a Comissão Parlamentar de Inquérito, eu fui duas vezes à Comissão Parlamentar de Inquérito.

S.L. – Foi convocado?

C.M. – Duas vezes. Uma vez, em Brasília. Eu levei minhas pastas tradicionais e consegui depor durante três horas de relógio, conversando assim, como nós estamos conversando. Os deputados encerraram a sessão e eu só recebi afagos.

S.L. – Mesmo afagos udenistas?

C.M. – É, udenistas e de todo mundo. Aí o pessoal me deu o troco: marcaram uma reunião no Rio de Janeiro, meu amigo, já não presidida por Nelson Carneiro, que era o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, e sim por Antônio Carlos Magalhães, e sofri um verdadeiro massacre. Foram cinco ou seis horas de perguntas de algibeira. Eu não aguentava mais. Eu estava para entregar a "franga" de qualquer jeito. Perguntas todas de algibeira. A coisa era tão curiosa que os representantes das empresas particulares passavam bilhetinhos para os deputados, para fazer perguntas. Mas isso é um detalhe que não vem ao caso. Mas era este o ambiente.

S.L. – Quer dizer que uma coisa pública.

R.L. – Só não tinha a televisão.

C.M. – Este era o ambiente. As tramóias se sucediam, de toda a natureza. Por exemplo, eu fui

vítima de um processo, uma traição, vou chamar assim, em torno do abastecimento do gás liquefeito. Quer dizer, a turma do gás liquefeito tinha aversão à ação do Conselho desde que eu revogara a tal Resolução 161 e passara a dar um outro ordenamento ao mercado de abastecimento de gás. De certa feita, eu recebi um convite do Heron Domingues...

S.L. – Aquele jornalista do *Repórter Esso*.

C.M. – É, para aquele... Aquele jornal dele era o mais famoso. Não era o *Repórter Esso*. Não, ele não fazia o *Repórter Esso*.

S.L. – Heron Domingues fazia.

C.M. – Fazia, mas ele tinha um programa em uma outra TV, ali no Cassino Atlântico.

S.L. – Na TV Rio.

C.M. – Na TV Rio. Era um programa famosíssimo. E eu recebi um convite para participar de uma entrevista. De vez em quando as televisões me chamavam e eu ia, mas estranhei um pouco. Marcado [o programa] para as oito horas da noite. Eu entrava no ar às oito horas da noite. Eu saí do Conselho e fui levado por um companheiro, um amigo, à casa dele para tomar um drinquezinho para me serenizar antes de fazer o depoimento. E, às folhas tantas, me chega o Muniz Bandeira, eu não sei se vocês conheceram.

R.L. – Quem?

C.M. – Muniz Bandeira, o Luiz Alberto Muniz Bandeira, que era um assessor *ad hoc* meu. Era meu amigo, trabalhava no *Diário de Notícias* e vinha no Conselho. Me chega na casa desse amigo branco como... e me dá uma portaria, uma circular que tinha sido emitida pelo diretor da Divisão Econômica... aliás, pelo encarregado do Comitê de Gás, suspendendo, em termos de Brasil, a entrega de gás. Fazendo um racionamento de gás.

S.L. – De gás de botijão ou esse gás canalizado?

C.M. – Em todo o Brasil, de uma forma totalmente esdrúxula. E aí, me entrega a circular. Eu disse: "Mas não é possível!" Ele disse: "É, a reunião se fez depois da sua saída do Conselho." Enquanto eu fui atraído para tomar um coquetel. Eu saía sempre do Conselho mais tarde. O que seria natural era sair do Conselho e ir diretamente para a televisão. Se eu tivesse ficado no Conselho, naturalmente eu saberia, eu teria tido conhecimento. Mas saí, e nesse período fizeram a tal circular. E eu vou para o programa de Heron Domingues. E a piada, meio estranha, o auditório pleno...

S.L. – Aí tem! [riso]

C.M. – Não, não dei... Não me deu conta, não. Mas estava com a circular no bolso. Quando o Heron faz as reverências e me pergunta: "E como é que vai a Política Nacional do Petróleo?" Eu disse: "Olha, Heron, vai bem e vai mal. Bem porque estamos fazendo isso, isso e isso, a Petrobras está mais rigorosa. Mas vai mal, Heron. Não é que têm maus brasileiros envolvidos na política do petróleo? Dentro da minha casa, Heron, eu acabei de ser traído. Olha o que fez o senhor fulano de tal."

S.L. – Nome aos bois.

C.M. – Nome! A circular.

S.L. – Nome e sobrenome.

C.M. – É, era um comandante de Marinha até.

S.L. – Ah, é?

C.M. – Era um comandante de Marinha que era o coordenador. "[Olha o que ele] acaba de fazer para tranquilizar o Brasil inteiro. Não há racionamento! O abastecimento está normal! Mas tem uma coisa, Heron, tanto ele como o diretor da Divisão Econômica" – aí entra Murilo, não é? – "estão demitidos. Eu os demiti. Estou mandando para a Presidência da

República o decreto de demissão. E devo assinar ainda hoje a demissão do presidente do Comitê do Gás. De forma que você vê, há bons momentos e maus momentos." Acabou o programa. [risos] Mas todos os jornais do Brasil, em quase todos os lugares do país... Olha que foi uma decisão tomada de seis e meia da tarde, não tinha computador, não tinha internet. Quase todos os jornais, no Brasil inteiro, davam: "O abastecimento..."

S.L. – A medida traz desestabilização mesmo, não é?

C.M. – Absoluta.

S.L. – Claro. Claro.

C.M. – "Racionamento do gás liquefeito." Isso, no Brasil inteiro. Mas o tiro saíra pela culatra.

S.L. – Muniz Bandeira...

C.M. – No outro dia, de manhã, eu embarquei para Brasília levando na minha pasta o decreto de demissão do dr. Ismar Campelo, que era diretor, e de nomeação de Murilo.

S.L. – Aí que o Murilo entra.

C.M. – Aí Murilo entra. Murilo tomou um susto. Murilo era um dos assessores da Divisão Econômica. Mas não era economista, ele é químico industrial.

S.L. – É, eu sei.

C.M. – Mas foi talvez um dos melhores e o mais correto...

S.L. – E isso aconteceu então, pelo currículo dele, isso aconteceu em 61.

C.M. – Não, está errado.

S.L. – Então, está errado no currículo.

C.M. – Está errado.

S.L. – Eu não sei se você está lembrada que nós...

C.M. – Ele foi nomeado nessa crise.

S.L. – Que é em sessenta e...

C.M. – Que é em 63.

S.L. – Em 63 já.

C.M. – Ele era assessor...

S.L. – É, porque, na verdade, o senhor não poderia mexer na composição antes. O senhor só poderia, na melhor das hipóteses, em 62.

C.M. – Depois que eu tomei posse, eu demiti o Ismaia Stoler e... Espera aí, vamos fazer uma recapitulaçãozinha. Espera aí.

S.L. – Até agosto de 62, o senhor não podia mexer em nada, não é?

C.M. – Em nada, nada, nada. Mas encaminhei a demissão de dr. Ismaia, que era diretor da Divisão Econômica, não é? E aí, nomeei esse Ismar Campelo, que era uma pessoa ligada ao PSD do estado do Rio, amigo do almirante...

S.L. – Ernâni...

C.M. – É, Amaral Peixoto. E que eu conhecera como inspetor do Banco do Brasil. Então, como eu precisava de um diretor, fiz a nomeação de Ismar. Murilo só entra a diretor depois,

na crise...

S.L. – Nessa crise.

C.M. – Nesse episódio. Aí eu o nomeei. Pedi a nomeação dele. E ele aí, sim, foi diretor, a partir de 63 até...

S.L. – De 63 até o golpe, não é?

C.M. – Até o golpe. Perfeito?

S.L. – A vítima foi importante aí.

R.L. – Foi.

S.L. – É, foi importante.

C.M. – A intrigalhada que havia... A Comissão Parlamentar de Inquérito, o sujeito era capaz de fazer... tomar uma providência dessa ordem, fazer uma molequeira dessa ordem, e me envolvendo. Imagine se Muniz Bandeira...

S.L. – Se não estivesse lá.

C.M. – Não, o Muniz recebeu a circular dentro do *Diário de Notícias*, para a publicação.

S.L. – Ah!

C.M. – Ele estava com o Severo, que era o redator do *Diário de Notícias*, quando o Severo e ele receberam a circular.

S.L. – Ah! Então, ele não estava dentro do Conselho.

C.M. – Não, não estava no Conselho. Ele recebeu a circular no *Diário de Notícias*.

S.L. – Para publicar, não é?

C.M. – No *Diário de Notícias*. Saiu correndo, ele sabia onde eu estava, porque lá no Conselho eu tinha dito: "Eu vou tomar um drinque antes com o fulano." Eu me escuso a dizer o nome do cidadão porque eu tenho dúvidas se ele foi parte ou não foi parte...

S.L. – Dessa trama.

C.M. – ...dessa trama. Não sei. Não sei. Velho companheiro, era até membro do Partido Comunista, quer dizer, há muita dúvida. Eu prefiro não mencionar. Eu estava na casa dele quando o Muniz chega, levando a tal circular. Levando a tal circular. Era esse o ambiente. Mas já aí, você vê que completamente diferente daquele anterior a 61. Faziam-se coisas para impedir exatamente a ampliação da política nacionalista, da política de integração do monopólio estatal. Não tinha aquela feição de tomadas de posições para ver se derrubavam ou não derrubavam a Petrobras, se acabava ou não acabava o monopólio. Aí, o que se pretendia era exatamente agredir a política monopolista, a política nacionalista, não é?

S.L. – Mas, nesse momento, a correlação de forças também era outra. A política nacionalista estava sendo efetivamente...

C.M. – Estava. Nós estávamos fortes.

S.L. – Vocês eram o governo.

C.M. – Nós estávamos no governo, nós tínhamos os sindicatos, tínhamos... O Mangabeira saiu da presidência, numa crise, foi nomeado o general Albino, mas nós tínhamos a presidência da Petrobras, tínhamos uma diretoria na Petrobras, com o Hugo Régis e Jairo Farias. Era uma... Saiu o Pinto de Aguiar, tinha saído Lima Rocha...

S.L. – Aquela turma já mais velha, não é?

C.M. – Aquela turma da controvérsia que o Chiquito teve até que conviver com eles. Saiu essa gente toda.

S.L. – Porque isso, dr. Carlos, é importante porque, na verdade, dentro da própria Petrobras tinham pessoas que não apostavam nessa política.

C.M. – Ah, tem! É o caso, por exemplo, da luta... quer dizer, das opiniões contraditórias em torno da importação do gás da Argentina. Tenho aqui um parecer – em favor, que eu não vou citar o nome porque é um ilustre assessor da Petrobras – que é uma graça. Esse parecer foi levado à baila e foi repudiado pelos sindicatos e tal. Ele teve que depois fazer até um documento para dizer que não era bem assim. Do mesmo jeito, no caso do óleo soviético e em outras coisas mais. Havia a velha turma da Petrobras, entre eles...

S.L. – E o Irnack, por exemplo?

C.M. – O Irnack...

S.L. – É uma figura importante em termos técnicos, não é?

C.M. – Muito importante, sobretudo quando está na ação inicial da Petrobras e [inaudível] do Conselho do Petróleo. O Irnack tinha uma posição firme, mas eu não sei se ele tinha uma posição nacionalista, perfeito? Ele tinha uma... uma defesa da empresa. Essa coisa toda ele tinha. Ele não era...

S.L. – O Glycon de Paiva, que também foi uma pessoa importante, um geólogo.

C.M. – O Glycon era da linha entreguista.

S.L. – Totalmente, não é?

C.M. – Totalmente. Glycon foi um dos que fizeram, possivelmente, uma armação... Dentro

desse clima, discutia-se se encampa ou não encampa a refinaria e tal, quando eu sou chamado, com o Humberto Braga... Humberto... Não, não era Braga. Humberto Braga foi conselheiro do Tribunal de Contas. O que era presidente do Conselho Nacional de Economia na ocasião. Já não era mais a turma de Fernando. [Fui chamado] para fazer uma palestra sobre a encampação, movida à indicação por Glycon de Paiva e outros. Eles iam fazer o massacre. A essa altura, já era presidente da Petrobras o Osvino.

S.L. – Osvino Ferreira Alves.

C.M. – Foi na fase...

S.L. – De radicalização.

C.M. – Na fase final da encampação. Então, ele me chama ao Conselho Nacional de Economia para fazer uma conferência sobre a encampação. Eu chamei o Osvino e disse: "Olha, é armação. Eu vou para lá desamparado, porque o Conselho, na sua maioria..." O Conselho Nacional de Economia, não a...

S.L. – A Confederação.

C.M. – Não a Federação. O Conselho Nacional de Economia. "Eu vou para apanhar. De forma que eu pediria ao presidente que levasse a diretoria da Petrobras." E chamei Autran, Silvino, Mário Lima, os presidentes do sindicato, para botar a força sindical dentro do... Força sindical, o...

S.L. – Não é. Entendi. [riso]

C.M. – [Botar] o pessoal do sindicato dentro do Conselho. E fui para lá. Devo lhe dizer que dos trabalhos que eu fiz no Conselho, dos depoimentos que dei, das entrevistas que concedi na época, e não foram poucas, talvez tenha sido o meu melhor trabalho. Juntamos o Murilo e os outros companheiros no Conselho e preparamos a conferência.

S.L. – Esse convite foi feito com alguma antecedência.

C.M. – O convite foi feito com antecedência, coincidindo, Lamarão, com as proximidades de decisão sobre a encampação da refinaria, não é? Ah, meu amigo, foi um negócio admirável! Porque terminada a... Com slide! Naquele tempo, você botar um slide, projetar um slide era coisa...

S.L. – Do último grito.

C.M. – De última tecnologia, de tecnologia avançadíssima no sistema de comunicação. Slides. Quando eu terminei a conferência, só recebi comentários os mais alvissareiros que você possa imaginar, até do Glycon de Paiva. Eu desmascarei o negócio. Foi assim... Foi um trabalho de equipe. A conferência realmente é um trabalho de equipe. Mas com a claque ali...

S.L. – Os sindicalistas foram todos.

C.M. – Com a claque no Conselho de Economia, você imagine! Eles, de um lado, certamente se apavoraram. Havia uma representatividade: o presidente da Petrobras, os diretores da Petrobras, os diretores do Conselho, membros do plenário do Conselho, e a patuleia, e os sindicatos. [risos]. Então... Eu estou relatando esses fatos para mostrar que tipo de agitação havia, já não mais em razão desse ou daquele processo interno, de Petrobras, aquela coisa de briga de Conselho com Petrobras...

S.L. – Agora, a briga era outra.

C.M. – A briga era outra, era a luta, realmente a luta, pela fixação do monopólio, pela ampliação da ação da Petrobras, numa política de governo definida.

S.L. – Dentro de uma luta maior, não é?

C.M. – É claro.

S.L. – Das reformas de base...

C.M. – Mais uma vez ressalto a grandeza e o patriotismo do presidente Goulart. Eu tive a honra de alguns despachos com o presidente Goulart. Dele tenho aqui o único expediente pessoal, a única solicitação pessoal dele, que me foi repetida através do Lasance, que era diretor do DNER, exatamente no sentido de fortalecer o processo de abastecimento, criar as condições para que a Petrobras pudesse fornecer asfalto em quantidade, no sentido de abastecer o DNER na construção...

S.L. – Essa Fábrica de Asfalto de Fortaleza, já tinha?

C.M. – Não, ainda não.

S.L. – A de Fortaleza é depois, não é?

C.M. – É depois. Depois de 64, eu não tenho notícia, não posso lhe dar nenhuma informação.

S.L. – Onde...? A própria Cubatão e a Reduc?

C.M. – Era Cubatão. Era Cubatão e Duque de Caxias.

S.L. – Mataripe não fazia asfalto?

C.M. – Não me lembro. Não posso me lembrar. Você vê que é o único documento que eu tenho. Eu guardo esse bilhete assim, com um carinho extraordinário porque é a única manifestação do presidente Goulart dirigida ao presidente do Conselho do Petróleo. Nunca um pedido, uma solicitação. Nada. Nada, nada. A minha comunicação era com o ministro, e o ministro com ele, ou então diretamente com ele, quando se tratava, por exemplo, de questões de política de preço, de aumento de preços. Ele tinha uma preocupação...

S.L. – A questão inflacionária foi muito presente nesse momento? A gasolina era responsabilizada? Era uma vilã da inflação?

C.M. – Lamarão, falta-me, inclusive, conhecimento de natureza financeira para fazer uma correlação entre essas coisas e o processo de petróleo. A verdade é que a necessidade havia, de se fazer o ajustamento de preço. Não mais com aquelas preocupações, anteriores a 61, de não dar aumento. Não, os aumentos tinham que se fazer, mas havia, por parte do governo, uma preocupação muito séria, no sentido de que essa política de preços não afetasse fortemente a economia do povo. Veja bem a preocupação do Jango nesse particular. Eu me lembro que certa feita nós íamos dar um... tínhamos que fazer um aumento, ele me chamou – ele mandou me chamar – e eu fui para a Granja do Torto com o Eliezer, com o Eliezer e não sei quem mais, eu não me lembro, para fixar, definir – Hélio de Almeida estava presente – para fixar a política de preços, a nova tabela. E o Jango virou-se para mim e disse: "Olha, dr. Meirelles, eu tenho duas preocupações básicas nisso, eu não quero briga com caminhoneiro e não quero briga com dona-de-casa." Assim, naquela linguagem...

S.L. – O gás, o gás de cozinha, e essa coisa toda, não é?

C.M. – É. "Dá um jeito aí, de forma que não eleve o óleo diesel e nem aumente o preço do botijão." Eu disse: "Minha Nossa Senhora! Eu tenho que fazer isso. Como é que faço?" Volto para o Rio e, milagrosamente, nós conseguimos jogar, fazer uma manobra para não alterar o diesel. E salvo seja a ideia miraculosa de Murilo, porque Murilo disse: "Presidente, nós podemos fazer o seguinte, a gasolina..." Naquele tempo, havia gasolina comum e gasolina azul.

R.L. – Tinha, que era ótima.

C.M. – "Como o uso da gasolina azul é restrito às lanchas, aos carros importados etc., nós elevamos o preço da gasolina azul e, no processo de elevação, fazemos recair a incidência que haveria de ser para o gás liquefeito." Então, o gás liquefeito não aumentou, o diesel não aumentou e o presidente ficou muito satisfeito. Porque realmente ele não queria briga nem com dona-de-casa nem com o caminhoneiro. São episódios assim, que ninguém conhece, ninguém sabe, ninguém pode saber, não é? Aí você vê a presença do Jango, sempre no interesse do povo, na defesa do monopólio. E lhe confesso que foi sempre muito gratificante

em todas as vezes que tive que contar com ele. E tive, sobremaneira, quando do processo da encampação das refinarias, que nós vamos chegar a ele.

S.L. – Em dezembro de 63, não é?

C.M. – É. Não havia uma política de abastecimento definida realmente: produção, estocagem e distribuição.

[FINAL DA FITA 2-B]

S.L. – O senhor falava do abastecimento, não é?

C.M. – É, fazer-se um preço que pudesse ser único do Amazonas ao Rio Grande do Sul. Era preciso isso – pelo menos, era uma exigência nacional naquela época – o que permitiria, mais ainda, que você tivesse uma diretriz em favor das populações nordestinas e nortistas, permitindo diminuir o desequilíbrio regional. Então, para a conexão dessa política de abastecimento, havia um negócio chamado Fundo de Fretes. Através da alocação de recursos de uma área para outra, você conseguia estabelecer um preço único no Brasil. Conseqüentemente, foi um dos atos mais importantes do Conselho o estabelecimento desse preço único. Hoje, se eu falar nisso, hoje eu tomo pancada, não é? Hoje essa matéria é uma matéria... é imoral.

S.L. – É uma página passada.

C.M. – É coisa do passado. Mas fez-se isso. Fez-se o Fundo de Fretes, o Fundo de Fretes documentado. Já havia o Fundo de Fretes, perdão. Já havia, mas de referência à cabotagem, à diferença de cabotagem no litoral. Mas em termos Brasil...

S.L. – O de chão também, não é?

C.M. – Nós fizemos, através do Fundo de Fretes, a implantação do Preço Único Brasil. Foi também dessa fase essa implantação, sem que isso ocasionasse qualquer problema para a

Petrobras, que tinha o ressarcimento de todos os seus custos e dos seus resultados, mesmo oferecendo o derivado lá em cima ou cá embaixo, no Amazonas ou no Sul. Sem qualquer prejuízo, sem que ela fosse...sofresse qualquer tipo de diminuição de resultados etc., não é? Bem, esse Fundo de Fretes, que vinha de gestões anteriores, nunca tinha sido periciado. Quer dizer, vinha de gestões [anteriores] quanto ao processo de cabotagem e, depois, a sua extensão. Nunca tinha sido periciado. O Tribunal de Contas... ninguém. Era um negócio que funcionava através de troca de informações: o navio tal descarregou aqui e foi para lá.

S.L. – E acreditava-se nisso.

C.M. – É, não havia nada, nada, em torno disso. Eram milhões e milhões de cruzeiros. Naquela época era cruzeiro? Eu acho que era.

S.L. – Era.

R.L. – Já era.

C.M. – Milhões e milhões de cruzeiros. Eu assinava diariamente inúmeras, numerosas guias de troca de recursos: a Petrobras pagava à Esso, a Esso pagava à Petrobras... Era um inferno. Eu disse: "Meu Deus do céu! Não pode continuar assim." E resolvi submeter o assunto a plenário e deliberamos fazer a primeira auditoria – olha aí outra vez o negócio dos juros – a primeira auditoria sobre o Fundo de Fretes. E o Romero Estelita, que era conselheiro e que tinha sido diretor da Fazenda, conhecia os grandes fiscais da Fazenda, muitos dos quais estavam à deriva, sem função. Entre eles, uma figura muito importante, que veio a ser o mandachuva do Imposto de Renda na revolução... no golpe. Qual é o nome dele? Ora! E era Nora, esse cidadão – digo já o nome porque me virá à memória – e um outro fiscal. Os três adentraram no Conselho para fiscalizar o Fundo, para levantar a auditoria... fazer a auditoria no Fundo de Fretes. Devo dizer o seguinte, a minha sorte foi tão grande que a auditoria terminou às vésperas do golpe. E quando os senhores militares entraram dentro do Conselho, a primeira coisa que eles quiseram ver foi o Fundo de Fretes. E estava auditado, com parecer, com aprovação, com tudo. Inclusive, fui até submeter isso ao Conselho. E eles saíram de lá sem mel nem cabaça, o Fundo de Fretes tinha sido realmente periciado e estava tudo em

ordem. Esse, o chefe dessa equipe, veio a ser o grande... o diretor do Imposto de Renda.

R.L. – O Dornelles?

C.M. – Não, não, com o primeiro ministro do golpe.

S.L. – O primeiro ministro da Fazenda?

C.M. – O primeiro ministro da Fazenda, que foi o nosso... o parceiro de Roberto Campos.

S.L. – Gouvêa de Bulhões.

C.M. – O Gouvêa de Bulhões!

S.L. – Octávio Gouvêa de Bulhões. Foi ele?

C.M. – Era o homem de confiança de Gouvêa de Bulhões.

S.L. – Ah, o tal fiscal.

C.M. – O diretor do Imposto de Renda foi o homem mais forte desse país, nos primeiros meses da revolução, com poderes discricionários para devassar escritas, requisitar o que ele quisesse e bem entendesse. Digo já o nome dele. Este cidadão, porque estava à deriva, era amigo do conselheiro Romero Estelita, foi, por Romero, indicado a mim e eu o fiz chefe do grupo que fez a auditoria no Fundo de Fretes, compreendeu? E, graças ao bom Deus, ao senhor do Bonfim, quando o golpe foi dado e que eles foram para dentro do Conselho buscar o Fundo de Fretes, o Fundo de Fretes estava auditado, aprovado, e os homens que subscreveram o laudo eram os homens fortes do governo. Já falamos da CPI do Petróleo...

S.L. – Já.

C.M. – Já falamos que... Ah! Ainda não. Em razão da CPI... Eu não estou faltando muito a

ordem das coisas, não?

S.L. – Isso aí, a gente arruma.

R.L. – Não tem problema.

C.M. – É? Já falamos na revisão de estrutura de preços, fazendo com que ela se tornasse...

S.L. – A equalização.

C.M. – É, fosse ela...

S.L. – Igual no Brasil inteiro.

C.M. – Não só no Brasil inteiro como também fossem revistos os valores que davam forma a... Ah, não?

S.L. – Isso não.

C.M. – Além disso, a política de preços teve como coordenada verificar a estrutura da formação do preço de cada derivado, do óleo produzido ao derivado pronto e posto no mercado. E aí é que pôde o Conselho, com o auxílio eminente da Petrobras, fazer uma estrutura de preços que jamais pudesse ocasionar prejuízos à empresa e, antes pelo contrário, lhe ensinasse novos recursos para investimento. Também numa ação eminentemente protecionista, numa ação de fortalecimento da empresa e do monopólio. Esses recursos eram indispensáveis naquela hora. A Petrobras precisava criar áreas diversas, era preciso fazer refinarias, a Belo Horizonte, Pasqualini, ampliar Mataripe, ampliar Duque de Caxias, dar sentido econômico forte à Duque de Caxias etc. Essa estrutura de preços vem com a... Na fixação da formação do preço dos produtos comercializados, fortalece de forma inequívoca o processo da Petrobras. Também dessa época são as primeiras, vamos dizer, inserções da Petrobras e de privadas no processo da petroquímica. Havia, incipientemente, alguma coisa de petroquímica junto à refinaria de Cubatão etc., mas não havia nenhum projeto, e se pôde

fazer alguma coisa. Por exemplo: a implantação da CCC, Companhia de Carbonos Coloidais, privada, na produção de negro de fumo, indispensável à indústria de pneus; a planta de gasolina natural, feita em Camaçari; a fábrica, pequena é verdade, de lubrificantes, junto à refinaria Landulfo Alves. Eram passos...

S.L. – A Fabor é dessa época também? A Fábrica de Borracha Sintética.

C.M. – Não, isso é posterior.

S.L. – Lá da...

C.M. – De Fortaleza. Não, de Pernambuco.

S.L. – Não, a da Reduc.

C.M. – Ah, sim!

S.L. – A Fabor.

C.M. – Mas é depois. É verdade. É depois. Depois de 64, eu não posso lhe dar nenhuma informação. Parece-me...

S.L. – Eu tenho impressão que a Fabor é antes.

C.M. – É antes? Ou seria exatamente daquelas duas ou três pequenas plantas que estavam ao lado das refinarias mas sem maior...

S.L. – É do lado da Reduc, com certeza.

C.M. – É, exatamente, anexada à Reduc, no parque da Reduc. Você tem razão. Tinha a Fabor e tinha uma outra, em Cubatão, mas de pequena e inexpressiva capacidade econômica e de produção. A Fábrica de Lubrificantes é aqui junto da refinaria Landulfo Alves, também é de

sentido privatístico, sem ser... A planta de gasolina natural não, é projeto da Petrobras.

S.L. – A indústria petroquímica não tinha monopólio, não tinha nada.

C.M. – Nada. Não existia praticamente nada. Eram coisas incipientes. A política de petroquímica era uma mera intenção governamental, não cristalizada em políticas definidas. Era intenção. Falava-se, discutia-se, debatia-se, estudava-se, mas não havia realmente... Em 1963, isso cresceu muito, esses debates e essas formulações, não transformando numa política definitiva, não é? Isto só veio depois, em 64. Outro problema da época era...

S.L. – Mas eu queria saber como que o CNP... Qual a relação do CNP com essas unidades petroquímicas que foram implantadas junto ao parque da Petrobras. O CNP autorizava alguma coisa?

C.M. – Não, era uma coisa que decorria.

S.L. – O CNP não tinha nenhuma...

C.M. – Me parece que não.

S.L. – Não tinha nenhuma ingerência?

C.M. – Há, no caso da planta da gasolina natural, a decisão do CNP...

S.L. – É decisão do CNP.

C.M. – Da Coloidais, é decisão do CNP, do plenário. É autorização, o pedido. É o pedido para que...

S.L. – Os pedidos eram encaminhados...

C.M. – Exato. Não fazia...

S.L. – Quer dizer, se o plenário resolvesse não fazer, não acontecia nada, não é?

C.M. – Não acontecia. Isso decorria de decisão que vinha... de solicitações que vinham à apreciação e decisão do Conselho, não é?

S.L. – E que podiam vir tanto da iniciativa privada quanto da própria Petrobras.

C.M. – É. Há também um pedido, eu não sei se chegou a ser cristalizado, de fazer-se uma empresa para a produção de vaselinas, aqui, junto com a Landulfo Alves. Eu não sei. Eu não me lembro se chegou a... Estudos se fizeram, a solicitação foi feita. Eu não sei se nós chegamos a decidir sobre a matéria. Era um grupo baiano, aqui de Salvador, muito interessado na possibilidade de fazer vaselinas, em face da produção de óleos lubrificantes que se fazia aqui em Mataripe. Bem, como a política de preços praticamente foi inaugurada com esse sentido, de ocasionar à Petrobras tranquilidade dos seus custos, condições de recursos para investimento, também não havia nesse país um plano de abastecimento. As coisas eram feitas aleatoriamente. E o Conselho começou a estudar o assunto e chegamos a propor ao plenário, e o plenário aprovou, o primeiro Plano Nacional de Abastecimento, condicionando todos os derivados etc. Trabalho que foi feito pelo comandante Carlos Moura, que era representante da Marinha no Conselho e coordenou isso. Eu tenho o plano aí. Eu estou doido para dar a alguém porque não sei onde colocar mais coisa.

S.L. – Deve ser grande. [riso]

C.M. – São quatro volumes.

S.L. – Quatro volumes.

C.M. – É o Plano Nacional de Abastecimento, de norte a sul do país. Coisas que não se faziam.

S.L. – Planejamento isso. Isso é uma atividade de planejamento.

C.M. – De planejamento, que era a função do Conselho.

S.L. – Pois é, isso é importante.

C.M. – Era a função do Conselho, planejar quanto a abastecimento, quanto...

S.L. – Na Petrobras, havia também planejamento nessa área?

C.M. – Havia.

S.L. – E vocês trocavam figurinha?

C.M. – Sim, isso tudo em conexão absoluta, em absoluta sintonia.

S.L. – Conexão harmoniosa?

C.M. – Em absoluta sintonia. O Moura trabalhava... Eu acho que durante o período que o Moura estava elaborando o plano, sendo coordenador da elaboração do plano, vamos dizer assim, eu acho que ele vivia mais na Petrobras do que no Conselho, entendeu? Era tudo coordenado. Não havia nenhuma divergência mais evidente. Divergências há, sim, de pequena natureza, não é?

[PAUSA]

C.M. – Mas o Conselho ia fazer 25 anos de fundado. Foi fundado em 38.

S.L. – É, em 63.

C.M. – Em 63. Estava no auge desse processo de política nacionalista, de implantação... de discussão da política nacionalista, ocorreu-me a ideia de fazer o primeiro fórum, o Fórum Nacional de Debate de Política de Petróleo. [O entrevistado pede um álbum de fotografias]

Foi um sucesso extraordinário. Consegui botar à discussão as figuras mais... Primeiro, foram os debates "O Petróleo para o Brasil". Vocês podem ver: "O caráter monopolístico da economia do petróleo", conferencista, general Aurélio de Lyra Tavares, que faz uma profissão de fé nacionalista da maior grandeza. "Objetivo dos resultados da Política Nacional do Petróleo", conferencista, o meu saudoso amigo, Jesus Soares Pereira. "Implicações cambiais do monopólio estatal do petróleo", Lindomar Campos, que era um economista, naquela época, de excepcional qualidade. "A Petrobras no processo de industrialização do Brasil", o industrial Fernando Gasparian. "A Petrobras no processo de mudança social do Brasil", Darcy Ribeiro. "A economia do petróleo e os interesses nacionais", conferencista, senador Josaphat Marinho. "Diretrizes gerais para um Plano Nacional de Abastecimento", comandante Carlos Moura. "O Conselho Nacional do Petróleo e a Petrobras no monopólio estatal do petróleo", conferencista, general Albino Silva. Agora, não só estavam aí os conferencistas, todos dentro de uma mesma linha, mas os que presidiram as sessões respectivas. O Brito, que era então ministro...

S.L. – Raimundo?

C.M. – Não, Oliveira Brito.

S.L. – Ah, Oliveira Brito. É baiano também.

C.M. – É, ele presidiu a reunião sobre o caráter monopolístico da economia do petróleo, embora ele não fosse... Eles não entendiam, mas não eram aderentes.

S.L. – Um entusiasta da ideia, não é?

C.M. – A parte de resultados foi presidida por João Mangabeira. Em homenagem aos estudantes do Brasil, a conferência de [inaudível], Hélio de Almeida. "A industrialização", Eliezer Batista foi quem presidiu a sessão. "A Petrobras no processo de mudança industrial", foi Celso que presidiu porque era homenageado o dr. Gabriel. "A economia do petróleo" teve como presidente Auro Moura Andrade...

S.L. – O presidente do Senado, não é?

C.M. – ...e o conferencista foi Josaphat. A homenagem à parte de abastecimento, eu consegui trazer ao Conselho, ele não saía de casa para lugar nenhum, o eminente general Henrique Lott. E ele foi e presidiu a sessão. O nosso Teixeira Lott. E "O Conselho e a Petrobras" foi o João Agripino. Estão aqui as fotografias. É o Lyra Tavares, o Jesus, o Lindomar...

S.L. – Aqui é o álbum fotográfico.

C.M. – Do fórum.

S.L. – Olha o Gasparian aqui.

C.M. – É, Gasparian.

S.L. – Mocinho.

C.M. – Mocinho. Éramos todos jovens. O Lindomar também. Está aqui o Jesus, o general Aurélio de Lyra Tavares...

S.L. – O Gasparian é de 30 ou 31. O Gasparian tinha 33 anos.

C.M. – Hein?

S.L. – O Gaspariam é de 30 ou 31, se não me engano.

C.M. – Aqui é a mesa diretora: Celso presidindo, Hélio de Almeida...

R.L. – O Darcy.

C.M. – Aqui é o marechal Lott. O Darcy, menino.

S.L. – É, menino, não é? Olha só!

C.M. – O Josaphat, o Albino, Carlos Moura. Esse fórum teve uma repercussão na imprensa muito grande. Nós fizemos então a visita, por ocasião do fórum, ao Terminal da Guanabara, que tinha sido implantado, não é? Aqui está o marechal recebendo as homenagens. Inclusive, quem lhe prestou a maior homenagem foi d. Alba Pires, que foi sua secretária ainda menina e foi minha secretária até o fim de minha gestão.

S.L. – Ah, é a d. Alba.

C.M. – A d. Alba Pires.

S.L. – E essa moça aqui?

C.M. – Essa moça aqui... Eu não me recordo. Aqui é a sessão de encerramento do fórum. Aqui, o ex-presidente do Conselho, general... o homem da briga com o Sardenberg. Um que foi presidente do Conselho anos.

S.L. – O Fleiuss?

C.M. – Não, não, um general que era... Esse não era de briga.

S.L. – O Alexínio?

C.M. – Não.

S.L. – Poppe de Figueiredo?

C.M. – Foi antes de Alexínio. Ele foi, praticamente... Depois que o Horta Barbosa saiu do Conselho...

S.L. – Ah, João Carlos Barreto. Se foi o sucessor do Horta Barbosa é João Carlos Barreto.

R.L. – Depois, Plínio Catanhede...

C.M. – João Carlos Barreto? João Carlos Barreto foi presidente do Conselho?

S.L. – João Carlos Barreto foi presidente do Conselho anos e anos.

C.M. – É, exatamente! É general.

S.L. – General. Era coronel, quando ele assumiu.

C.M. – É, exatamente. João Carlos Barreto, meu amigão. Ele estava lá. E aqui a sessão de encerramento: o representante do ministro, que não pôde vir, e uma fotografia minha com o velho Horta, que foi presente. O fórum teve uma repercussão muito grande na ocasião, jornais... Eu tenho aí o noticiário da imprensa em torno do assunto. Levantou muito a ideia monopolística, a ideia de fazer-se cada vez mais forte o problema do monopólio, mais força à Petrobras.

S.L. – Isso foi exatamente...

C.M. – Em setembro de 63.

S.L. – E, dois meses depois, teve a aprovação da encampação, não é? Essa história foi conversada no fórum?

C.M. – Não, mas isso aí já era uma preparação, vamos dizer...

S.L. – Já era, não é?

C.M. – ...para a opinião pública, da transcendência do processo de petróleo, da necessidade de fortalecer-se o monopólio, de que a Petrobras pudesse realmente, cada vez mais, desenvolver o que a lei lhe conferira, que era a execução do monopólio estatal do petróleo. O

fórum, quando nós bolamos o fórum, foi exatamente para jogar à evidência todas essas ações, toda essa necessidade, já que estávamos nas vésperas das duas mais importantes ações desenvolvidas no Conselho: o monopólio de importação e a encampação da refinaria.

S.L. – A encampação.

C.M. – Eu tenho relatórios, também, das atividades dessa época. Eu vou tirar eles e vou lhe mandar. A pauta de importação brasileira, que no passado tivera quase que exclusividade no fornecimento de óleo vindo do Oriente Médio, praticamente o fornecimento exclusivo da Esso, etc., precisava, necessariamente, de ser objeto de um afrouxamento, ou da inclusão de novos países como fornecedores de óleo. Então, se desenvolveu um trabalho que veio a incorporar o óleo da Rússia, o da Argélia, o da Venezuela, dando uma preferência absoluta àqueles negócios que pudessem ser feitos através de conta gráfica...

S.L. – De...?

C.M. – Conta gráfica, escrita, sem ser entrar em dinheiro, sem especulação fiduciária, não é? Trocas. Inaugurou-se muito essa política de trocas.

R.L. – E, depois, a própria Petrobras vai fazer com bastante força, na década de 70, não é?

C.M. – Sim, e naquela época nós fizemos isso, inauguramos essa política de fazer com que as importações viessem de variados locais, sem a exclusividade quanto à vinda do óleo lá do Oriente Médio.

S.L. – No Oriente Médio eram as Sete Irmãs que exploravam, não é?

C.M. – Sim. Sim. Era o cartel que explorava.

S.L. – Era o cartel principal.

C.M. – Certo? Então, faz-se, e o governo do Jango aí novamente influenciando, através do

Ministério das Relações Exteriores, na troca de relações diplomáticas para a abertura desses mercados. Desse período é até uma ideia que veio do Eliezer Batista, de fazer-se uma negociação ampla, que começasse com a exportação de minério de ferro e terminasse com a importação de óleo indonésio. Trocava-se ferro por navio, navio por... os navios eram remanejados e aí o minério de ferro novamente ia à União Soviética, para trocar por implementos industriais. E aí entrava os lubrificantes da Romênia. E você não pode imaginar...

S.L. – Tudo na base da troca.

C.M. – Tudo troca. Dinheiro nenhum. O Eliezer sairia daqui sem um tostão, para fazer todo esse cotejo, toda essa investida nesses mercados. O certo é que terminaria na Indonésia, o Brasil abrindo um mercado de importação do óleo da Indonésia, que era pequena produtora mas já tinha...

S.L. – E estatal, se não me engano. Era estatal numa época.

C.M. – É, era estatal. Todas as negociações, na sua maioria...

S.L. – Eram com o Estado.

C.M. – ...eram feitas com empresas estatais. O Eliezer saiu do ministério, assumiu o Brito; saiu o Mangabeira da Petrobras, assumiu o Albino, e o Brito, para não matar esse projeto, mandou o Albino – e eu fui preterido, porque eu iria, com o Eliezer, fazer esse *tour*, fazer essa viagem – mandou o Albino sozinho para a Romênia. Circunscreveu muito a viagem dele à Rússia e à Romênia. Lá na Romênia se comprou uma fábrica para a produção de lubrificante. Quer dizer, minimizou muito a ideia que era do Eliezer, de uma ampla viagem de trocas. Essa viagem não se realizou. Mas tudo dentro do mesmo sentido, de se ter uma política nacionalista forte, sempre colocando a vista para o monopólio.

S.L. – Em relação a esse ponto específico, o CNP tinha alguma participação mais direta?

C.M. – Porque dependia da autorização do Conselho as compras e vendas, não é?

S.L. – Está certo.

C.M. – Eram autorizações do Conselho. As importações se faziam por base das decisões do Conselho. A Petrobras não tinha uma autonomia de comprar aqui, ali ou acolá.

S.L. – Ela comprava tudo mediante autorização previa do próprio Conselho.

C.M. – Ela submetia e o Conselho aprovava, não é? Como também as permissionárias, que pediam autorização. Mas elas tinham uma direção única. Nós estávamos buscando uma direção múltipla, não é? Nesse período, também, o Conselho trabalhou juntamente com a Petrobras, auxiliando-a na elevação... dando-lhe os meios necessários à elevação da produção de cru e de derivados. Tudo que a Petrobras precisava para aumentar...

S.L. – Era autorizado...

C.M. – Nós autorizávamos direto. Diziam muito que eu era... que eu não seria presidente do Conselho, eu seria funcionário da Petrobras e tal – eu me orgulhava muito disso – porque nenhum apelo que a Petrobras fizesse naquele tempo, nós deixávamos de atender, tendo em conta uma política que estava sendo feita. E era preciso fazer-se, não é?

[FINAL DA FITA 3-A]

R.L. – ...Comissão Parlamentar de Inquérito.

C.M. – Fizeram uma comissão especial para a análise de todo o processo petrolífero nacional. Comissão essa que foi presidida por Hélio de Almeida e tinha no general Ladário Telles a principal figura. E aí foram ouvidos depoimentos de toda a natureza, para dar uma ideia do que deveria ser, realmente, a justa Política Nacional do Petróleo. Isso eu não sei nem se chegou ao seu fim porque, em seguida, as coisas foram se complicando e redundaram, em março, no golpe. Para o ano de 63, escutou-se e discutiu-se muito a ideia que vinha de outro

tempo, relativa ao monopólio de importação de cru e derivados. Era preciso fazer-se, de modo que a Petrobras passasse a ter o controle absoluto de tudo quanto entrava no Brasil, e poder ela, como importadora, não só como refinadora e produtora de óleo, fazer a distribuição, fazer a efetiva alocação desses produtos no mercado. E a coisa se desenvolveu até que, em determinado momento, o plenário do Conselho pôde propor ao ministro das Minas que levasse à consideração do presidente da República o decreto que fazia incorporar ao acervo de serviços da Petrobras o monopólio de importação. Esse monopólio de importação foi decretado em 13 de dezembro de 63. E confesso que fui uma das vitórias mais gratificantes de minha ação. Eu me entreguei a esse processo. Eu me entreguei completamente. Não precisa contar nem dizer as coisas que aconteceram no meio tempo, os vai e vem, as pressões políticas, as pressões das empresas.

R.L. – Imagina-se, não é?

C.M. – Mas a verdade é que, no dia 13 de dezembro, o presidente da República fazia o decreto de monopólio de importação. Ao lado de ter autorizado, no processo que foi por nós encaminhado e que deu causa a esse decreto, ter aprovado a decisão do plenário. O ministro Oliveira Brito e o presidente aprovaram, sancionaram, vamos dizer, a decisão do plenário do Conselho pelo monopólio de importação. E o outro passo – eu já estou cansado, e vocês também, não é? – a encampação das refinarias.

S.L. – Eu acho que a grita aí foi maior.

C.M. – A grita é muito maior. Era briga quase que diurna: o sindicato de um lado, a Petrobras também e as empresas permissionárias dispoendo de um [inaudível] imenso, de prestígio e de poder etc. Então, você vê aí que era, de um lado, o privado; de outro lado, o poder público, o interesse da Petrobras, o monopólio de Estado. Então, se discutia isso. Dar mais monopólio, entregar mais poderes à Petrobras? E aí, meu amigo, começa a luta. Em determinado momento, os sindicatos estavam muito acirrados, numa briga forte, numa movimentação extremada, sofrendo, como sofri, o processo de depoimento no Conselho de Economia, eu chamei no Conselho o Autran, Silvino – Autran era no Rio e Silvino, em São Paulo, Capuava – Mário Lima, Valença e disse: "Olha, vocês estão certíssimos na luta que estão fazendo, não

há dúvida nenhuma. Agora, esse acirramento está conduzindo a uma polêmica que vai dificultar a decretação da encampação. Eu quero pedir uma trégua. Eu lhes dou a minha palavra. Eu acho que tenho dois anos que eu venho aqui desenvolvendo essa política nacionalista, toda essa política monopolística, e eu acho que eu mereço fé. O plenário do Conselho tem dado à Petrobras tudo o que tem sido pedido. Nada foi negado, nenhuma medida. Então, vocês vão me fazer uma trégua, para que a gente possa desenvolver o processo." E, realmente, com isso configurado, estava na pauta a encampação da refinaria de Capuava. Era o cerne.

S.L. – Ela e só ela.

C.M. – Ela e só ela. Eu designei relator do processo o coronel Ciro Labarte Alves, que era representante do Exército. Era ele chefe da D-2, Ministério da Guerra. E o Ciro pôde elaborar – "o senhor vai dizer, o seu relatório" – e o plenário do Conselho acolheu. Em seguida, por iniciativa do próprio Conselho, nós estendíamos a encampação às demais unidades. Eu designei o coronel Rasquet Hall, que era da Aeronáutica, para relator do processo referente à encampação de todas as refinarias. E o Conselho pôde fazer isso, foi decidido tanto Capuava...

S.L. – Quais eram as outras nesse momento, o senhor se lembra?

C.M. – Era Manguinhos, Ipiranga...

S.L. – Ipiranga, no Rio Grande do Sul.

C.M. – ...Manaus.

S.L. – Ainda tinha Uruguaiana e Matarazzo, nessa época?

C.M. – Tinha, mas...

S.L. – Tinha, não é?

C.M. – Mas pequenas unidades, e que entraram

S.L. – Muito pequenas, mas também...

C.M. – Entrou tudo.

S.L. – Entrou tudo, não é?

C.M. – Entrou tudo. Veja bem que isso sendo feito tendo como ministro o Oliveira Brito. Eu fui ao ministro, conversei com ele e disse: "Olha, o momento é que nós não podemos, de jeito nenhum, recuar desse problema da encampação. O presidente da República quer. É uma determinação do presidente da República fazer essa encampação. Toda a massa de operários de petróleo, técnicos etc., a própria empresa precisa disso. As entidades estudantis, os sindicatos de outras categorias estão na rua. Nós vamos fazer o processo." Eu sei que o Brito, sem maior relutância, mas com alguma reserva, me deu liberdade para que pudéssemos cumprir com o nosso dever. E, realmente, o Conselho, às vésperas do dia 13 de março, aprovava a encampação das refinarias. Nós elaboráramos o decreto de encampação para ser assinado pelo presidente da República. Há um detalhe curioso nisso...

S.L. – Em ambos os casos, não precisou passar para o Congresso.

C.M. – Não, não, é meramente normativo.

S.L. – E o presidente... vai direto e o presidente continua.

C.M. – E o presidente. Quando a coisa estava no auge da formulação, o presidente mandou me chamar e ao general Alcides a Laranjeiras e nos disse o seguinte: "Eu não tenho como evitar esse negócio de encampação, os sindicatos estão ouriçados, a Petrobras quer, vocês todos estão me dizendo que é preciso encampar, mas eu quero evitar que se diga que nós vamos fazer um negócio da encampação. Corre aí que o governo atenderia a interesses diversos e que este processo seria o negócio da privatização." Da...

S.L. – Da encampação.

C.M. – "Eu quero uma coisa muito rígida, muito rigorosa." Eu me lembro que virei para ele e disse: "Olha, presidente, recentemente, o Supremo Tribunal Federal adotou uma decisão relativa à privatização da Rede Ferroviária de São Paulo, efetivada pelo governador Carvalho Pinto. Esta decisão do Supremo se encaixa perfeitamente à decisão do seu governo de encampar as refinarias. De forma que nós adotaremos como baliza o decreto de Carvalho Pinto." E nada mais, nada menos foi feito senão isso. "Agora, nós temos que trabalhar em segredo absoluto, presidente. Eu vou ter que trabalhar isso da forma mais fechada possível." E, realmente, conversei com o Osvino e nós fizemos um pequeno grupo: eu, Murilo e o Waldir Pires, que era consultor jurídico da Petrobras, nos enfiamos num apartamento ali nas Laranjeiras, refizemos o decreto. Depois do decreto pronto, eu pedi... eu telefonei e disse: "Olha, eu queria a audiência do consultor-geral da República ao decreto, que está sendo feito dessa forma." O dr. Waldir Pires, que era consultor-geral da República, foi ao Rio de Janeiro, examinou o decreto, aprovou, fez uma ligeira alteração nas considerandas. Então, eu devo lhe dizer o seguinte: o decreto se constitui de algumas considerandas e tem três ou quatro artigos, de forma a não permitir a briga judiciária em torno do decreto. Toda a fundamentação do decreto está nas considerandas. E a parte positiva é constituída de dois ou três artigos. De tal ordem que eu me lembro que o Gouvêa Vieira, que era presidente da Ipiranga...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

C.M. – A minuta desse decreto e esse decreto foram feitos com este rigor que estou lhe dizendo, num grupo reservado. Nós fomos trabalhar num apartamento cedido por [inaudível], lá em Laranjeiras, para que ninguém tomasse conhecimento. Eu levei apenas uma datilógrafa, e tinha absoluta confiança, com o cuidado de não deixar – porque não tinha xerox, não tinha nada disso – não deixar... E rasgava. Depois de batido, eu rasgava.

S.L. – O original.

C.M. – Não, eu rasgava o papel carbono. É um episódio...

S.L. – Ah, o carbono! Aquela cópia com carbono.

C.M. – Por quê eu fazia isso? Porque, por exemplo, o acordo de Roboré chegou ao conhecimento da imprensa por uma atitude fantasmagórica de Muniz Bandeira, que conseguia, à proporção que ia sendo batido o acordo e se jogava a folha de carbono na cesta do lixo, ele conseguia que o contínuo lhe passasse a cesta, e assim...

S.L. – Ele recuperou o acordo.

C.M. – Recuperou inteiramente o acordo e o acordo foi para a imprensa, o *Diário de Notícias* publicou na íntegra. Foi uma coisa terrível. Com receio de que episódio como esse se reproduzisse, toda vez, mesmo estando só quatro pessoas, eu, Waldir, Murilo e d. Guiomar, que era a datilógrafa, a cada folha que se batia, se rasgava. Muito bem. Preparado o decreto, chamei Osvino e fomos levar ao Jango, lá nas Laranjeiras. Lembro-me bem, o Jango chamou o ajudante-de-ordem e lhe pediu que levasse aquele envelope, entregasse à Maria Teresa, para que Maria Teresa pusesse debaixo da camisa que ele ia usar no comício.

S.L. – No comício.

C.M. – Ah, esse detalhe é um detalhe curioso. Tal apreço que o Jango tinha por isso que não queria que houvesse nenhuma...

S.L. – Nenhum vazamento.

C.M. – Nenhum vazamento, nada. E assim foi feito. E, finalmente, no dia 13 de março, no comício pelas reformas e pela mudança, mais uma vez eu tive a gratificação de ver o decreto ser sancionado pelo presidente, no palanque.

S.L. – O senhor estava lá.

C.M. – Estava, estava lá. Me lembro também de uma coisa curiosa: quando terminou o

comício, o meu carro estava no pátio no Ministério da Guerra naquele tempo, e por força dessa circunstância, eu fui até o pátio. Nessa hora, desciam praticamente todos os generais que estavam, das janelas, assistindo o comício, e recebi continências de um por um, inclusive do marechal Castelo Branco. Todos batiam. Eu estava com o Ciro Labarte, o coronel Ciro Labarte que me apresentava a cada um deles, e tome de continências. E assim eu fui para casa. As coisas se complicaram e veio o golpe. Com o golpe, eu teria, naturalmente... eu seria demitido ou preso, qualquer coisa, eu tive o cuidado, como eu estava dizendo, de no dia 5 de junho [abril], a primeira segunda-feira, o primeiro dia útil após o golpe de...

S.L. – O senhor estava no Rio?

C.M. – Eu estava no Rio. Eu pedi ao Albino, que era o diretor meu substituto, que fosse para lá, e d. Alba, para preparar os atos referentes à transferência do cargo e o ofício me devolvendo ao banco. Ainda saí de lá com certa tranquilidade, porque quando os oficiais adentraram no Conselho, eu já estava a caminho do Banco do Brasil. Cheguei ao Banco do Brasil, entreguei...

S.L. – Na Primeiro de Março?

C.M. – Na Primeiro de Março. Entreguei lá ao Dídico, que era chefe do [inaudível], entreguei o ofício de devolução e fui para casa. Dias depois, logo após a assinatura do Ato Institucional, com o qual não fui agraciado, eu não sei porque... Todo o pessoal que estava envolvido no processo foi objeto de cassação. A mim, eu acho que pela minha inexpressividade, acredito, eu não fui incluído. Então, fiquei mais uns dois dias, quando fui levado em cana, para o Dops do Rio de Janeiro...

S.L. – Na Rua da Relação.

C.M. – Na Rua da Relação. [No Dops,] considerado como elemento extremamente perigoso, porque seria um técnico de nomeada expressão – imagine você! – e altamente inteligente. E só poderia ser ouvido por uma junta especial. Mas, mesmo assim, me botaram na enxovia. Eu não fiquei com os presos comuns, fiquei com os presos políticos. Do Dops fui transferido

para a Frei Caneca, onde paguei os meus pecados por cerca de trinta e tantos dias. Até que depois de 1º de maio, quando o pessoal que dirigia o Dops achou que não haveria maiores...

S.L. – Nenhuma reação.

C.M. – ...maior reação, fui convidado para ir para casa. Estaria liberado, sem ter sido ouvido, como nunca fui ouvido.

S.L. – Nunca foi ouvido.

R.L. – Está à espera da junta especializada até hoje.

C.M. – A junta nunca apareceu. Coronel nenhum. Meses depois, já no Banco do Brasil, já tendo retornado...

S.L. – Aí o senhor retomou sua vida.

C.M. – Não, eu levei... Aí vem a história da fraternidade, do coleguismo. O pessoal do banco me mandou... Primeiro, quando eu me apresentei no banco, fui posto imediatamente em férias. Fui posto imediatamente. Fui removido, não tinha nem vaga no Rio de Janeiro, me colocaram na agência do Rio de Janeiro, na Assessoria Jurídica, e me puseram em férias. E eu estava na prisão quando as férias se venceram.

R.L. – Não podia se apresentar, não é?

C.M. – E me mandaram, apesar de a gente praticamente ser incomunicável, me mandaram... levaram à cadeia uma solicitação minha de prorrogação de férias. Nem nisso eu fui atingido. Voltei ao banco, retornei à minha atividade, não sofri maior sansão.

S.L. – Nenhum processo, nada, não é?

C.M. – Nada. Meses depois, um dia eu estou no banco quando recebo um telefonema do

Comando do Estado-Maior do Exército, me chamando para fazer um depoimento no IPM da Presidência da República. E lá fui eu. Prestei um depoimento – eu tenho o depoimento todo aqui –, curiosamente, presidido por um coronel que eu não conhecia mas disse que me acompanhava há muito tempo. E eu nem sabia.

R.L. – "Tô na cola."

C.M. – Disse: "Eu me lembro, o senhor foi fazer uma aula inaugural na sua faculdade, na Bahia, e por sinal eu gostei muito da aula que o senhor proferiu, e eu estava lá presente. Como também fui para a reunião que se deu no Sindicato dos Portuários", ou Estivadores, onde eu fui fazer também uma palestra. "Assisti as duas, de forma que eu conheço bem o senhor. Eu sei que o senhor é um homem de bem." E comecei a fazer o depoimento. Fiz o depoimento. Quando terminou o depoimento, ele pediu ao sargento: "Entregue ali ao dr. Meirelles o teor do depoimento dele. O senhor leva para casa, emenda como quiser, faça as alterações que quiser e depois me devolve." Foi assim. Eu disse: "Coronel, eu tenho muito cuidado. Tem cópia aí, não é? Eu, se fizer alguma alteração é porque eu não sou muito bom de vernáculo e posso ter cometido alguma grosseria." E, realmente, eu fiz uma revisão, apenas vírgulas e essas coisas, e devolvi a ele. A única coisa. A outra, um dia eu sou chamado no banco, foi criada uma Comissão de Investigação Interna no banco, presidida por um inspetor. E eu prestei o meu depoimento e tal, tomado por termo, e quando eu acabei de assinar, o inspetor virou-se para mim e disse: "O senhor tem filhos?" Eu disse: "Tenho, inspetor." "O senhor faça o favor, entregue uma cópia desse depoimento a cada um dos seus filhos porque isso honra qualquer cidadão." O depoimento que eu prestei, tanto no Exército como aqui – o de lá, de forma um pouco [inaudível], e aqui, fraternalmente –, o que nós estamos conversando aqui. Foram os dois depoimentos, tanto o do banco como o do [inaudível]. Mais nada. Tem um episódio final que eu não relatei, mas que devo finalizar com esse depoimento. O Exército estava com dificuldades relativas ao fundo de reformulação de suas viaturas, com o equipamento de uso permanente. Não tinha dinheiro, não tinha orçamento. Eu fui assistir, em Petrópolis àquela coisa de remessa de lucros, ao ato de limitação de remessa de lucros.

S.L. – Da Lei de Remessa de Lucros.

C.M. – Foi uma solenidade muito bonita, feita lá em Petrópolis. O Carvalho Pinto era até ministro.

S.L. – Ministro da Fazenda.

C.M. – E lá estava o Jair Dantas Ribeiro, que era o ministro da Guerra. Conversando com ele, ele me disse: "Olha, dr. Meirelles, o senhor não imagina as nossas dificuldades." Dificuldades financeiras, disso e daquilo. "Eu estou precisando fazer o reaparelhamento de diversas unidades, de viaturas, e não tenho o dinheiro." Eu disse: "General, eu vou ver se consigo dar uma solução. Mas pelo menos lhe ajudar na recuperação disso. O senhor sabe que tem a captura de estoque, o presidente tem designado diversas entidades a receberem parte dessa captura. Eu vou submeter ao presidente, vou submeter ao meu ministro e ao presidente, a outorga de valores referenciais para ajudar no reaparelhamento etc." Fiz isso, submeti a... eu acho que ainda era Eliezer. É, porque Carvalho Pinto era ministro.

S.L. – Eu me lembro da [inaudível].

C.M. – É, era Carvalho. "Vou levar isso para ver se o presidente nos autoriza a fazer com que o Exército participe de uma parte dessa verba." O Jango autorizou e tal. E isso me fez ficar muito credenciado. Tanto que, entre outras coisas e por força disso, em fevereiro de 63, fizeram uma reunião muito bonita, no Ministério da Guerra, com todos os oficiais-generais da época e sediados no Rio, e me outorgaram, isoladamente, a Medalha do Pacificador. Ganhei isso do Exército em função disso. E eu me esqueci, mas não posso deixar de mencionar, o processo de fixação do que seria a justa remuneração para a diferença de refino de Capuava.

S.L. – É, isso que eu falei no início.

C.M. – E isso passou. O plenário do Conselho, com o parecer de Geisel, havia definido quais seriam esses parâmetros, não é? Havia uma decisão do Conselho. O processo foi para a Fazenda Nacional, a Fazenda Nacional entrou com a ação relativa ao processo, Capuava pediu uma perícia, para que fossem fixados os valores. E era procurador-geral da República o

dr. Baute, que era o homem forte nesse país. Nada se fazia nesse país sem Baute. No tempo que o procurador-geral da República era um preposto pessoal do... Não é como a Procuradoria da Carta de 88. O procurador da República era realmente... E o Baute manda me chamar para me dizer quem é que o Conselho iria indicar como perito. Eu disse: "Olha, eu ainda não pensei no assunto." Ele disse: "Não, é porque nós temos aqui um perito da União sempre, é o dr. Ademar, que é um engenheiro do Ministério não sei qual, da Indústria e Comércio, que é o meu perito. Eu posso nomeá-lo?" Eu disse: "Olha, procurador, o senhor me vai dar tempo. Eu tenho que pensar no assunto. Mas, em princípio, vamos ver." Saí da casa – da casa dele, ele me recebeu na casa dele – e voltei para o Conselho. O prédio do Conselho abrigava a Companhia Siderúrgica Nacional, no décimo quarto andar estava lá o meu santo São Jesus Soares Pereira que era diretor. Eu fui direto ao gabinete de Jesus. "Jesus, você participou da decisão da justa remuneração no plenário do Conselho com o Geisel. O relatório foi do Geisel mas, certamente, teve muito da sua colaboração. Eu estou diante disso, disso, disso. O que eu faço?" Ele disse: "Meirelles, esse Ademar é homem do Baute, não é? Não sei, eu acho que o Conselho tem que indicar uma pessoa para ser o representante da União nesse caso. Realmente, a gente fica em dificuldade. Você fica em dificuldade. Nomear um técnico do Conselho, um técnico da Petrobras, não vai dar, vai ser o perito representante da União no processo."

S.L. – Alguém mais neutro, digamos assim.

C.M. – "O que é que nós podemos fazer?" Ele disse: "Olha, Meirelles, está aí sem comando o general Geisel. Ele poderia ser o perito. É absolutamente insuspeito." [riso]

S.L. – O próprio Geisel?

C.M. – É. "Seria um perito absolutamente insuspeito, sabe? De forma que eu acho que você deveria pensar nisso. Procure o Geisel. Ele é de fácil acesso." Liguei para a casa dele, ele morava lá no Leblon, e disse: "General, eu precisava falar com o senhor. Eu posso ir à sua casa?" "Por quê?" "É assunto do problema da justa remuneração do excedente de exploração da Capuava. Eu queria trocar umas ideias com o senhor." "Eu irei amanhã ao Conselho. A que horas você pode me atender?" Eu disse: "À hora que o senhor quiser, general." Ele disse:

"Eu estarei lá às oito horas da manhã. O senhor já está lá?" Eu disse: "Já." Fiquei esperando ele, ele foi lá e comecei a conversar e disse: "Olha, general, o nosso comum amigo, Jesus Soares Pereira, me falou na possibilidade de eu solicitar ao senhor a anuência para indicá-lo como perito da União no caso. Como é que o senhor veria isso?" "Não, eu aceitaria, mas eu sou subordinado ao ministro da Guerra. Só ele pode realmente fazer a designação. Se o senhor me permitir, eu vou falar com o general Amaury Krueel" – que era o ministro da Guerra na ocasião – "e pedir permissão a ele, vou pedir autorização dele, para receber mais essa incumbência." Eu falei: "Não, eu lhe agradeço." Ele saiu e eu disse: "Ele vai falar com o Amaury..." As comunicações com Brasília naquele tempo eram quase fantásticas, o telefone demorava três horas ou quatro horas. Eu aí liguei para o Eliezer, que era o ministro, e disse: "Ministro, está havendo isso, assim, assim. Eu acabo de conversar com o Geisel, a quem nós deveríamos nomear como perito da União, mas ele me disse que para aceitar, embora honrado, ele precisaria da autorização do ministro Krueel. Eu estou lhe podo isso a par. Eu não sei se o senhor deva conversar com o presidente." Ele disse: "Meirelles, eu estou indo agora para despacho com o Jango. Eu vou levar o assunto." E ele levou o assunto, o Jango pegou o telefone, se comunicou com o Krueel e determinou, determinou que o Geisel fosse...

S.L. – O perito.

C.M. – O perito. Nomeado perito. Quando o Geisel chegou ao ministério para falar com o Krueel, o Krueel disse a ele: "Olha, general, eu estou aqui com uma incumbência para o senhor do presidente da República, para o senhor aceitar ser perito no caso da Capuava, o perito da União." E assim o Geisel foi designado perito e deu talvez a maior contribuição que se possa imaginar, no contexto do...

S.L. – Ele tinha sido relator, antes, no final dos anos 50.

C.M. – Ele tinha sido relator no plenário.

S.L. – E isso foi quando? Isso foi em...

C.M. – Ah! Isso foi em 63, por aí. Era Eliezer que era ministro. Em 63.

S.L. – É.

C.M. – Então, a...

[FINAL DA FITA 3-B]

R.L. – ...falar mais alguma coisa?

C.M. – Estamos encerrando esse trabalho que me gratificou, depois de 40 anos, em que pude ainda dispor, a quase 80 anos de idade, de uma memória que me permitiu relatar esses fatos. Fatos esses que são o apanágio de minha vida. Se alguma coisa eu pude fazer na vida foi, por acaso, tendo sido presidente do Conselho Nacional do Petróleo, pôr em execução o sonho de minha juventude. A mim foi muito grato, porque participei ativamente do "Petróleo é nosso", a luta pelo petróleo. Fui para a rua, tomei pancada etc. para fazer a defesa do monopólio do petróleo. Pude, graças a uma circunstância relatada inicialmente, ser presidente do Conselho e ter cumprido o meu dever com o meu país, com a minha pátria, com o povo do meu país. Realmente acho que o período de 61 a 64, sob a direção esclarecida e patriótica do presidente Goulart, pôde realmente ser o alicerce de tudo o que aconteceu depois para o engrandecimento, o fortalecimento e a realização do processo petrolífero. Não fora esses três anos, onde tantas medidas puderam ser tomadas, acautelatórias umas, protecionistas outras e efetivas na sua maioria, não sei se aquela gente de antes de 61, que propunha a internacionalização, que não desejava ver os preços da Petrobras se compatibilizarem com os recursos de que ela necessitava para desenvolver as suas atividades, não sei se essa gente não teria conseguido realmente, com o Relatório Link e outras coisas, desestabilizar um processo que começara com Horta Barbosa e que finalmente se cristalizou na Lei 2.004. É o que tinha a dizer. Agradecer aos amigos pela paciência e pedir que se porventura alguns equívocos foram aqui lançados, ou que sejam esclarecidos ou que sejam desprezados. Muito obrigado.

S.L. – Eu queria aqui agradecer muito. Eu acho que essa entrevista foi extremamente esclarecedora. Esse período, agora, na minha cabeça, pelo menos, 54 a 64, deu uma fechada. Eu, inclusive, eu estou revendo uma coisa que... A gente tende a simplificar um pouco.

Quando a gente não tem muita informação, a gente tende a simplificar. Então, na minha cabeça era assim: depois de 54, o CNP foi o tempo inteiro, até 64... No seu período não porque eu já tinha alguma informação, mas até o Josaphat, estaria na mesma lista... o CNP seria uma ponta-de-lança da iniciativa privada na política petrolífera. E a Petrobras, o tempo inteiro...

C.M. – A aperrear.

S.L. – ...defendendo. E não foi assim. A coisa é muito mais nuançada, é muito mais complexa. E com esse depoimento, realmente fechou. Passou o cartão.

C.M. – Eu acho que ganhamos a batalha do monopólio.

S.L. – Foi nesse momento, não é?

C.M. – Neste momento. Por isso que considero o período mais importante e mais rico na história do petróleo do Brasil.

S.L. – E faz sentido, não é?

C.M. – Não porque tenha sido um dos atores, mas porque realmente as circunstâncias permitiram que isso se fizesse.

S.L. – Houve muita resistência. A lei foi aprovada mas isso não significou que ela...

C.M. – Ah, não...

S.L. – Houve muita resistência. E é isso mesmo. Deixa eu terminar por aqui.

R.L. – Eu queria agradecer também ao senhor. Enfim, ficou ótima a entrevista.

[FINAL DO DEPOIMENTO]